

ALMANAQUE

LGBTQIA+





DIREÇÃO EXECUTIVA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Gestão 2019 – 2023

Presidente

Sergio Nobre

Vice-Presidente

Vagner Freitas

Secretária-Geral

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral Adjunto

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Administração e Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária-Adjunta de Administração e Finanças

Maria Aparecida Faria

Secretário de Relações Internacionais

Antonio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Quintino Marques Severo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-Adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino (Tino)

Secretário-Adjunto de Cultura

Eduardo Lírio Guterra

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Cristiana Paiva Gomes

Secretário de Relações de Trabalho

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretária-Adjunta de Relações de Trabalho

Amanda Gomes Corsino

Secretária da Mulher Trabalhadora

Junéia Batista

Secretária de Saúde do Trabalhador

Madalena Margarida da Silva Teixeira

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Massue Uehara Alves

Secretário Adjunto de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Ismael José César

Secretária de Combate ao Racismo

Anatalina Lourenço

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretária de Organização e Política Sindical

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Jorge de Farias Patrocínio

Diretores executivos

Aline Marques

Ângela Maria de Melo

Claudio Augustin

Cláudio da Silva Gomes

Francisca Trajano dos Santos

Ivonete Alves

João Batista (Joãozinho)

José de Ribamar Barroso

Juvândia Moreira Leite

Marcelo Fiorio

Marcelo Rodrigues

Mara Feltes

Maria Josana de Lima

Maria Julia Nogueira

Marize Souza Carvalho

Milton dos Santos Rezende (Miltinho)

Pedro Armengol

Rogério Pantoja

Sandra Regina Santos Bitencourt

Virginia Berriel

Vitor Carvalho



ALMANAQUE

L **g** **B** **T** **Q** **i** **A** **+**



CUT [®] **BRASIL**
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

EXPEDIENTE

Pesquisa, reportagem e edição: Luiz Carvalho

Projeto gráfico e diagramação: Cristiane Ayumi e Raphaelle da Hora

Revisão: Vanessa Paixão

Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho – CRB 08/9152

Tiragem: 1.800 exemplares

Março de 2021

(Citação das fontes no final da edição)

Coordenação: Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Dirigente responsável: Jandyra Massue Uehara Alves

Coordenador do Coletivo Nacional LGBT da CUT: Walmir Siqueira

Fotos da capa: Paulo Pinto/Fotos Públicas - Diego Padgurschi /Folhapress

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Diretrizes para regulação do teletrabalho / CUT -
Secretaria de Relações de Trabalho. – São Paulo : Central Única
dos Trabalhadores, 2021.
60 p. ; il.

ISBN 978-65-994176-3-4

1. Trabalhadores - teletrabalho. 2. Sindicalismo -
Trabalhadores. 3. Trabalho - Direito - home office. 4. Trabalhador
- Saúde. 5. Trabalhadores - Isolamento social. 5. Quarentena. - I.
Título. II. Secretaria de Relações de Trabalho.

CDU 340.13
CDD 344.8101

Ano passado eu morri,

mas este ano eu não morro

A produção do 1º Almanaque LGBTQIA+ da CUT é resultado de muitas mãos. Algumas aqui descritas no expediente. Mas, principalmente, inúmeras e incontáveis que não entraram para a história, apesar de seu papel fundamental para que esse material fosse publicado.

Ao nos debruçarmos sobre a luta contra o preconceito e pelo respeito às identidades de gênero no Brasil e no mundo, ficou nítido que resistir é pouco frente a um cenário amplo que nem as estatísticas são capazes de abranger. Ainda que represente muito numa sociedade alicerçada sobre os pilares do machismo, do patriarcado e da destruição de tudo que não é padronizado.

A história dos muitos anônimos que nos antecederam ensinou que a ousadia de ir além da resistência é o que leva a luta para fora dos limites e inspira o nosso presente e as próximas páginas que você lerá.

Neste Almanaque, resultado da parceria entre a Central Única dos Trabalhadores e o Solidarity Center, ligado à AFL-CIO, maior organização sindical dos EUA e do Canadá, tratamos de como a luta LGBTQIA+ e o mundo do trabalho devem caminhar lado a lado e de como essa conexão é essencial para construir um mundo mais justo e igualitário.

Abordamos classe, gêneros, resgatamos histórias, culturas, símbolos e disponibilizamos a você um passo a passo para que também possa montar um coletivo no seu local de trabalho e garantir a continuidade dessa batalha.

Porque nós acreditamos no poder libertador do conhecimento e da organização contra o preconceito e contra tempos sombrios.

Como cantou Belchior, em 'Sujeito de Sorte', ano passado eu morri, mas este ano eu não morro. Mas não só. Nossa luta não se resume a não morrer, nós não abriremos mão é de viver.

Boa leitura, companheiros e companheiras de jornada!



Stonewall para sempre



Enquanto no Brasil o filme 'Macunaíma', estrelado por Grande Otelo, ganhava as telas de cinema e a ditadura encarcerava e assassinava centenas de homens e mulheres, nos Estados Unidos, um grupo de gays, lésbicas, travestis e drag queens dizia não à violência policial.

Em 1969, na virada do dia 28 para 29 de julho, frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova Iorque, iniciaram uma manifestação que durou seis dias com protestos contra as batidas e revistas em bares da comunidade LGBTQIA+.

Aliada à onda de manifestações contra a Guerra do Vietnã e por direitos civis, a mobilização confrontou a repressão e deu origem ao Dia da Libertação Gay, em 1970, conhecida como a primeira Parada do Orgulho LGBTQIA+ da história.

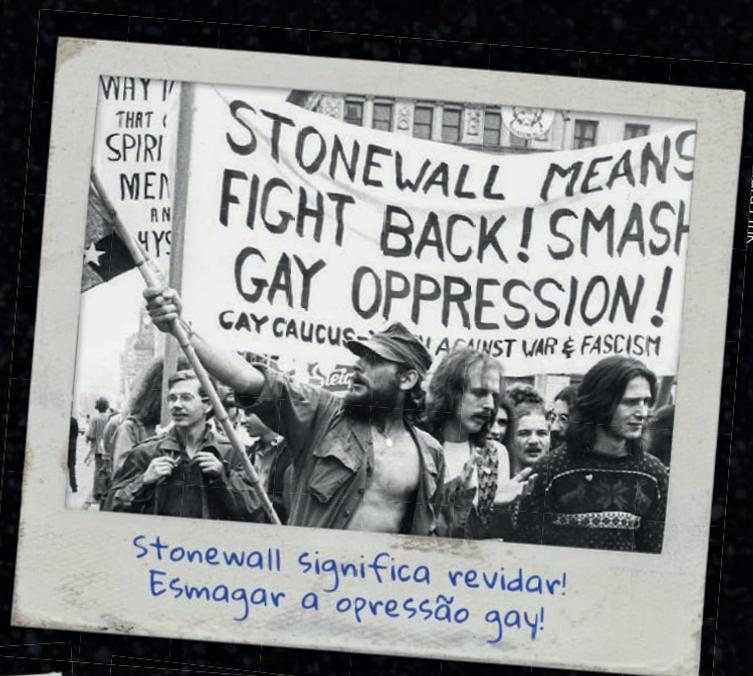


Foto: Leonard Fink

Stonewall significa revidar!
Esmagar a opressão gay!

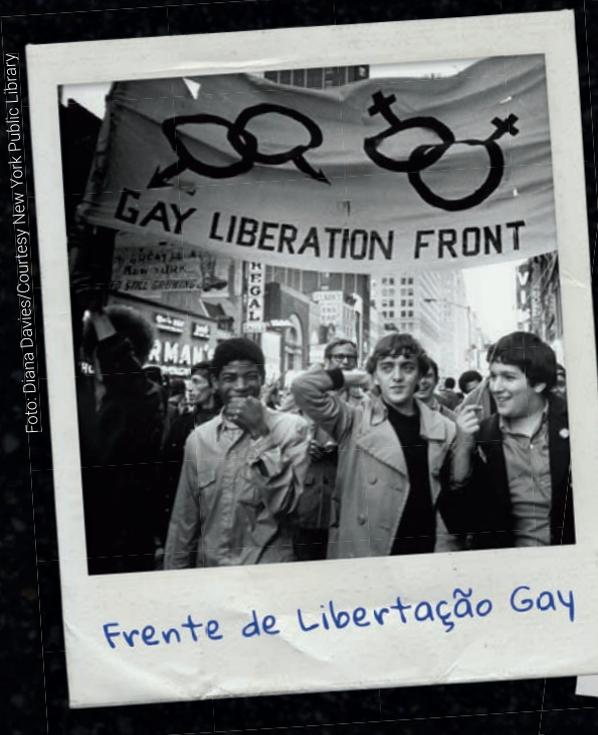


Foto: Diana Davies/Courtesy New York Public Library

Frente de Libertação Gay



Foto: Daniel Case

O bar Stonewall Inn continua aberto e mantém vivo o símbolo da resistência do movimento

FEITO NO BRASIL

Organizado em plena ditadura militar, o movimento LGBTQIA+ brasileiro tem como ponto crucial o ano de 1978, com a fundação do grupo Somos, em São Paulo.

O coletivo foi muito importante para que, dois anos depois, ocorresse o Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais, também em São Paulo, que terminou com um protesto de grande repercussão no país.

Uma manifestação nas escadarias do Theatro Municipal cobrou o fim da Operação Limpeza, uma das ações da ditadura civil e militar na capital paulista, que espancava e prendia homossexuais e travestis na Praça da República. Até hoje, um dos principais pontos de encontro da comunidade LGBTQIA+.



Curta essa série

POSE

A série 'Pose' reúne o maior elenco de atores e atrizes trans da história da TV dos EUA. Provavelmente, do mundo. A história reconstitui a atmosfera dos clubes de Nova Iorque durante as décadas de 1980 e 1990, ajuda a ambientar o nascimento da cultura voguing e o impacto da AIDS na comunidade LGBTQIA+.



O JORNALISMO ILUMINA O MOVIMENTO LGBTQIA+

Parte importante da organização das lutas LGBTQIA+, o 'Lampião da Esquina' foi a primeira publicação do gênero no país, fundada em abril de 1978, e resistiu até 1981. Quase 40 anos depois, ainda é considerada um marco ao inserir temas como machismo, racismo, direitos humanos e a organização política na pauta do movimento.

Ao olharmos para o Brasil no qual vivemos hoje, parece inacreditável que em abril de 1979 um jornal estampasse em sua capa, em letras garrafais, as palavras 'Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação'.

Dois anos depois da fundação do 'Lampião da Esquina', um grupo de lésbicas passou a publicar o 'ChanacomChana', vendido no Ferro's Bar, em São Paulo, mesmo a contragosto dos proprietários.

A agressão a um grupo de mulheres no local teve como resposta uma mobilização no dia 19 de agosto de 1983, que deu origem ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.



ACESSE AQUI
TODAS AS EDIÇÕES DE
'O LAMPIÃO'



Dica de filme

FILADÉLFIA DISCUTE AIDS, HOMOFOBIA E TRABALHO

Andrew Beckett, interpretado por Tom Hanks, é um brilhante advogado que trabalha em uma grande firma na cidade estadunidense da Filadélfia, até seus chefes descobrirem ser portador do vírus da AIDS e demiti-lo.

Para defendê-lo, Beckett contrata os serviços de Joe Miller, advogado negro e homofóbico, interpretado por Denzel Washington.

O drama "Filadelfia", lançado em 1993 e lamentavelmente ainda atual, discute o preconceito contra as vítimas da AIDS, a homofobia e aponta as relações entre grupos que, apesar de terem um inimigo comum, a discriminação, muitas vezes não se encontram em suas batalhas. Como é o caso das personagens de Hanks e Washington.

A obra traz às telas a desinformação ainda presente sobre a doença (em uma das cenas, Miller não toca em livro manuseado por Beckett porque teme se contaminar), além de apontar a forma como as empresas atuam para maquiar o preconceito, ao destacar a maneira como a companhia busca desmoralizar a luta de Beckett e impedir o acesso à justiça.

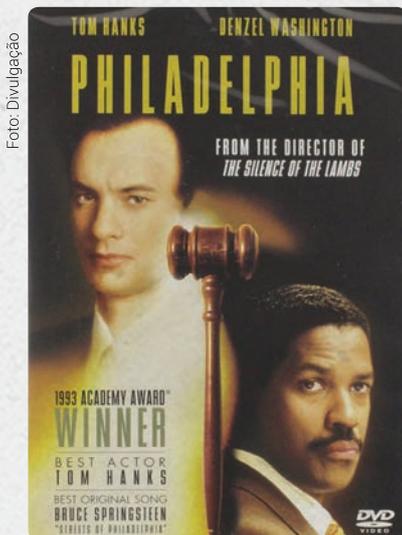


Foto: Divulgação

Você sabia?



A **Holanda** foi o primeiro país do mundo a permitir o casamento entre pessoas do mesmo gênero. Em 1º de abril de 2001, o prefeito de Amsterdã, Job Cohen, formalizou as primeiras uniões.



MOMENTOS HISTÓRICOS DA LUTA LGBTQIA+

1969 - Manifestações no Stonewall Inn, em Nova Iorque, tornam-se um marco para a luta LGBTQIA+.

1970 - Em Nova Iorque acontece o Dia da Libertação Gay, primeira parada da história.

1978 - Fundação do jornal 'O Lâmpião da Esquina', essencial para o fortalecimento do movimento LGBTQIA+ no Brasil.



1977 - Harvey Milk é o primeiro homem assumidamente gay a ser eleito para um cargo público nos Estados Unidos.

1978 - Primeiro grupo homossexual do Brasil, o Somos, é fundado em São Paulo.

1980 - Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais ocorre em São Paulo.

1985 - Fundado o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS para acolher os soropositivos e lutar contra o preconceito.



1983 - Fundada a ChanacomChana, primeira publicação lésbica no país.

1989 - Dinamarca se torna o primeiro país a legalizar a união estável entre pessoas do mesmo gênero.

1997 - Primeira Parada do Orgulho LGBTQIA+ ocorre no Brasil.

1990 - Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a homossexualidade da lista de distúrbios psiquiátricos.



Foto: Arquivo Pessoal/Nelson Marias

1999 - Conselho Federal de Psicologia proíbe o tratamento da homossexualidade como patologia.

AGENDA DE LUTAS

31 DE MARÇO

Dia Internacional da Visibilidade Trans

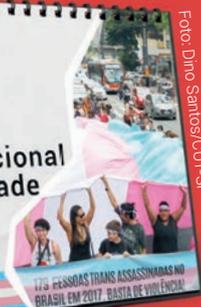


Foto: Dino Santos/UTI-SP

2004 - Governo Lula lança o programa 'Brasil Sem Homofobia'.

2008 - I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) acontece em Brasília. Uma das deliberações é a realização gratuita das cirurgias de readequação sexual pelo Sistema Único de Saúde.

2010 - O decreto 7.388, de dezembro 2010, do ex-presidente Lula, cria o Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT, que conta com a participação da sociedade civil e tem como finalidade formular e propor diretrizes para políticas nacionais LGBTQIA+.

2013 - O Sistema Único de Saúde (SUS) passa a oferecer tratamentos como terapia hormonal e amplia diretrizes do processo transexualizador.

2016 - Decreto de Dilma Rousseff permite o uso do nome social por pessoas trans.

2016 - Acontece a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT.

2018 - Supremo Tribunal Federal (STF) define que transexuais e transgêneros podem mudar seus nomes no registro civil sem ter a cirurgia de readequação sexual como pré-requisito.

2019 - Homofobia e transfobia passam a ser considerados crimes de racismo por decisão do STF.

2019 - Acontece a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

2020 - Supremo derruba normas do Ministério da Saúde que proibiam gays de doarem sangue.



Foto: Ricardo Stuckert

2011 - Acontece a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT.

2011 - Disque 100 passa a ter um módulo de denúncias de violência LGBTQIA+.

2013 - Conselho Nacional de Justiça aprova resolução que permite a realização de casamento entre pessoas do mesmo gênero.



Foto: Roberto Stuckert Filho

2018 - OMS retira a transexualidade da lista de doenças.



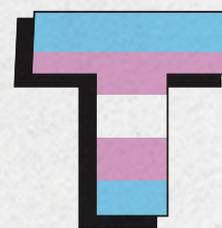
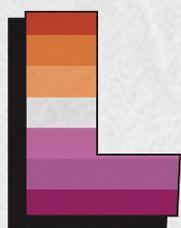
Foto: Reprodução, Twitter

OOOOO

SETE LETRAS, UM SÍMBOLO E DÉCADAS DE LUTAS

Cada uma das letras (e do sinal) presentes na sigla LGBTQIA+ representa décadas de lutas. Por muito tempo, o termo mais utilizado no Brasil foi GLS para definir gays, lésbicas e simpatizantes.

Porém, a batalha de outros grupos por visibilidade fez com que o acrônimo se transformasse e acompanhasse a organização das novas identidades.



LÉSBICAS

Mulheres que se relacionam com mulheres.

GAYS

Homens que se relacionam com homens.

BISSEXUAIS

Quem se relaciona com homens e mulheres.

TRANSEXUAL

Quem assume uma identidade oposta ao gênero de nascimento, tanto corporal, quanto psicologicamente. Em muitos casos, há a necessidade de cirurgias e mudanças físicas para adequação.

TRAVESTIS

Quem nasceu como sendo do gênero masculino, mas se identifica com o gênero feminino, sem que reivindique a identidade de 'mulher'.



Curta esse livro

DEVASSOS NO PARAÍSO

João Silvério Trevisan

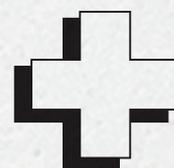
Referência sobre a história da homossexualidade no Brasil, a obra de João Silvério Trevisan passeia pela expressão da homoafetividade em campos como cinema, teatro e a política e aponta avanços e retrocessos dentro da comunidade. Um livro que influenciou e continua a influenciar gerações.

Em 2004, as discussões dos diversos segmentos que participavam da elaboração do programa 'Brasil sem Homofobia' incluíam colocar o 'L', de lésbicas como a primeira letra como uma forma de combater o machismo e reconhecer a luta das mulheres.

Antes, porém, em 1995, a força de organização das travestis e transexuais fez com que o 'T' também estivesse entre

as letras, da mesma forma que o 'B', de bissexuais, em 2001.

Com a definição de identidades de gênero em constante renovação, a alternativa foi acrescentar o sinal '+' para indicar que há orientações que não se encaixam nessas definições, inclusive agêneros e não-binárias (que não se veem dentro das possibilidades masculina ou feminina).



QUEERS

Definição para quem integra a comunidade LGBTQIA+ e não se define como dos gêneros masculino ou feminino.

INTERSEXUAIS

Nascem com anatomia sexual que não é tipicamente masculina ou feminina.

ASSEXUAIS

Não se sentem atraídas por outros indivíduos.



Sinal utilizado para quem não se identifica com nenhuma dessas definições.

OUTRAS DEFINIÇÕES:

DRAG QUEEN OU KING – Mulheres (queen) ou homens (king) que vestem roupas e acessórios do gênero oposto, mas sem que isso tenha ligação, necessariamente, com sua orientação ou definição sexual.

CIS/CISGÊNERO – Pessoas cujo gênero com o qual se identificam é o mesmo determinado no nascimento.

Família é quem você escolhe para você

A Constituição brasileira aponta que *“para efeito de proteção do Estado é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”*.

O Código Civil, de 2002, indica ainda família como *“a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura”*.

Porém, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), após décadas de lutas das pessoas LGBTQIA+, resolveu ir além dessas definições e reconheceu a legalidade da união civil entre pessoas do mesmo gênero. Em 2017, ao aceitar a tese da multiparentalidade, o Tribunal indicou ainda que o biológico e o afetivo tinham o mesmo peso para estabelecer o que são os vínculos familiares.

Em 2013, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela legalidade e constitucionalidade do casamento entre casais homossexuais e, no mesmo ano, o Conse-

lho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que os oficiais de registro de casamento estavam proibidos de recusarem a celebração de união entre pessoas LGBTQIA+.

Ambos marcos fundamentais para definir que, assim como cantou o grupo O Rappa, família *“não precisa ter conta sanguínea, é preciso ter sempre um pouco mais de sintonia.”*



Foto: Matco Pereira/Unsplash

Foto: Pexels/Ketub Subiyanto



ADOÇÃO é amor



Juíza de direito aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dora Martins aponta que não há mais espaço para discriminação no processo de constituição familiar, inclusive quando o assunto é adoção.

“Quando o magistrado é aprovado em um concurso em qualquer lugar do Brasil, passa por várias horas de preparação na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que treina os juízes de direito e federais. Lá, ele trabalha muito com direitos humanos, dignidade humana para ser sensível ao racismo, às minorias e aos direitos da família e da infância”, diz.

A magistrada lembra que a adoção é um direito da infância e da juventude e critica quem submete o amor a convenções sociais.

“Há várias formas de família e a criança tem o direito de pertencer a uma. O que adianta ser uma família padrão e oferecer violência e maus tratos aos filhos? Avançamos muito no Judiciário, mas sabemos que vivemos em uma sociedade muito hipócrita”, destaca.

Ela aponta ainda que não há no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou em qualquer outro parâmetro jurídico restrições para adoção por casais LGBTQIA+.

Quem pretende adotar um filho ou filha, deve ter mais do que 18 anos e precisa procurar a Vara da Infância e da Juventude do local onde reside.

Dentre outras providências, a família deverá apresentar documentos, frequentar grupos de apoio e passar por entrevistas e avaliações do setor psicotécnico.

Curta essa série

THE L WORD

Primeira produção americana a trazer para a TV a vida de mulheres lésbicas e bissexuais, ‘The L World’ foi exibida entre 2004 e 2009.

A preocupação em fazer um retrato que incluísse vida amorosa, discriminação e a linguagem utilizada no universo feminino rendeu ótimas críticas à produção.



Foto: Showtime/Ilustração: Dillen Phelps

AGENDA DE LUTAS

**17 DE
MAIO**

**Dia
Internacional
de combate à
Homofobia**



Foto: Rone Ferreira/Pexels

5 perguntas sobre casais LGBTQIA+

1. Qualquer pessoa LGBTQIA+ pode se casar no civil?

Sim, os cartórios são proibidos de recusar uma união por preconceito de gênero.

2. O que acontece se o cartório se recusar a realizar o casamento?

O casal deve procurar o juiz corregedor da localidade, no fórum da cidade, para que formalize o casamento. Também é possível abrir uma investigação contra a autoridade que se negou a realizar a união.

3. Ao se casar, o casal LGBTQIA+ possui os mesmos direitos de um casal heterossexual?

Sim, possui as mesmas garantias e direitos, incluindo pensão por morte, comunhão de bens, seguro de vida, pensão alimentícia e inclusão no plano de saúde (nos casos em que as empresas ofereçam).

4. Qual a diferença entre união estável e casamento?

A distinção é exclusivamente legal, a primeira não precisa de um documento para existir, basta que duas pessoas tenham uma convivência contínua e duradoura. A segunda, que permite alterar o estado civil, precisa ser formalizada.

5. O casamento homoafetivo é legal em outros países?

Em muitos deles. A Dinamarca foi o primeiro país a reconhecer a união civil, em 1989, e a Holanda o primeiro a legalizar o casamento, em 2001.

Contra a discriminação, **EDUCAR** é preciso

*Psicanalista e integrante da Escola de Psicanálise de São Paulo (EPSP), **Aline Lozon** dá algumas dicas de como educar as crianças para que o preconceito possa ser combatido por meio da formação e da informação.*

AFETO COMO REFERÊNCIA

“A discriminação e a intolerância não nascem com o indivíduo, não fazem parte dos nossos instintos. Somente por meio do educar, de dar referência sobre afetos, deixando clara nossa capacidade de demonstrar amor e respeito a todas as formas de se relacionar, podemos mudar isso. Afetos e sentimentos não têm ligação com a biologia, mas são desenvolvidos. O amor, apesar de ser um substantivo masculino, é uma palavra que não tem gênero.”

ABERTURA PARA OUVIR

“Na fase dos ‘por quês?’, de desenvolvimento da criança, de zero a cinco anos, é preciso dar atenção e responder suas perguntas de forma acessível à sua idade. Falar a verdade sem excesso de informação. Não conversar ou não responder dúvidas afeta o processo de investigar as coisas, de descobrir o que é fato e o que é opinião.”

SEM DIFERENÇAS

“O fato de uma criança ser adotada por um casal LGBTQIA+ não tem nenhuma consequência patologizante, sempre haverá a função materna e paterna. É preciso conversar com a criança para mostrar que famílias são constituídas de várias formas. E o que torna o conjunto de pessoas uma família é o vínculo entre elas, baseado no amor, no respeito e no desejo de compartilhar suas vidas.”

Foto: Tim Samuel/Pexels

PARA ALÉM

DO JUDICIÁRIO,

A LUTA DA VIDA



Não há dúvidas de que houve importantes avanços no Poder Judiciário a partir de 2010. Com a decisão de reconhecer as adoções e o casamento por parte de casais LGBTQIA+, dificilmente um juiz de primeira instância posiciona-se contra esses avanços, sob risco de ter sua decisão revogada.

“O que ainda vemos são promotores fazendo ressalvas em processos de adoção, por exemplo”, explica a advogada e presidenta da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de São Caetano do Sul, Fernanda Darcie.

Em março de 2018, o Supremo definiu que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo no registro civil, mesmo que não tenham se submetido à cirurgia de readequação sexual. Em 2019, o Tribunal reconheceu ainda a homofobia e a transfobia como crimes de racismo.

Porém, todos esses avanços legais só se tornarão realidade se a luta contra todo tipo de opressão avançar na sociedade e se for capaz de impedir retrocessos em relação aos direitos conquistados.

“Simbolicamente é importante esse reconhecimento, mas tenho minhas restrições sobre a efetividade de resguardar direitos. Hoje, o principal entrave é o Poder Legislativo, porque tudo que falamos é baseado em decisão judicial, não temos nem perspectiva de que o Congresso mude em um futuro próximo. Precisaríamos de uma recomposição parlamentar progressista mais significativa. Porque as decisões do STF podem ser modificadas”.

Por isso, a importância de representantes LGBTQIA+ formarem coletivos, associações, organizações e ocuparem espaços como o Executivo e os parlamentos municipais, estaduais e federais para lutarem por uma pauta com avanços na defesa da igualdade de direitos em todas as dimensões da vida.





10 AÇÕES PARA COMBATER A DISCRIMINAÇÃO CONTRA LGBTQIA+ NO AMBIENTE DE TRABALHO

1. Garantir direitos iguais, tratamento justo e respeitoso no ambiente de trabalho.
2. Combater todas as formas de discriminação, inclusive piadas LGBTQIA+fóbicas.
3. Atuar de forma clara em casos de preconceito.
4. Incluir em documentos e políticas da empresa o compromisso com a promoção de direitos LGBTQIA+.
5. Não firmar parcerias ou acordos com organizações que promovam a discriminação ou patrocinem personalidades preconceituosas.
6. Abrir discussão sobre temas LGBTQIA+ e promover espaços de denúncia dentro do ambiente de trabalho contra o preconceito.
7. Promover a formação de profissionais na área de recrutamento para que estejam preparados para realizar a inclusão de trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIA+.
8. Inserir a identidade de gênero como um dos temas de debate dentro da organização.
9. Realizar ações afirmativas em defesa da igualdade e da diversidade.
10. Apoiar eventos que tenham como foco a luta contra discriminação por orientação sexual.

LGBTQIA+ e CUT

UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

O avanço da atuação da CUT na questão LGBTQIA+ é resultado de uma luta que contou com o apoio fundamental de comissões de gênero antes mesmo de se transformarem em secretarias.

Em especial, as de Mulheres da CUT Nacional e da CUT-SP, lideradas, na década de 1990, pela ex-secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Maria Ednalva, e pela coordenadora da 1ª Comissão Estadual sobre a Mulher Trabalhadora da CUT-SP, Maria Mendes.

Com essa aliança e a articulação junto a organizações internacionais, a proposta de inserir o debate LGBTQIA+ dentro da Central passou a avançar.

Em 1998, participei de uma atividade sobre HIV/AIDS realizada pela FNV, central sindical Holandesa, em Amsterdam, que propôs financiar um projeto de formação de dirigentes sindicais sobre LGBT. Desde que esse tema fosse parte da agenda da CUT”, lembra Maria Izabel da Silva, conhecida como Bel, ex-dirigente da Central.

Os diálogos entre as diversas instâncias da entidade resultaram na aprovação de um texto que

contextualizou a temática na pauta da Central e incluiu a orientação sexual e a identidade de gênero na agenda do mundo do trabalho.

O conteúdo foi aprovado em 14 plenárias e, posteriormente, debatido e referendado na Plenária Estatutária Nacional da CUT, em 1999.

Em abril de 2000, a Central implementou um projeto de formação de dirigentes sindicais sob o tema ‘Homossexualidade, Trabalho e Sindicalismo’ e realizou uma pesquisa que buscou entender a visão dos dirigentes sobre orientação e diversidade de gênero.

O 1º Encontro Nacional sobre Orientação Sexual da CUT, em agosto de 2001, abriu portas para ampliar essa discussão em um meio que ainda aprende a lidar com a diversidade, mas passa a aprofundar a compreensão sobre a importância de combater a discriminação por gênero e orientação sexual tão presente no cotidiano da classe trabalhadora.

Nasce o CNDS

Como resultado dessa mobilização, em 2009, durante 10º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), a Central criou o Coletivo Nacional da Diversidade Sexual (CNDS), que teve como primeiro coordenador o professor já falecido Fernando Schuller.

Nesta mesma edição do CONCUT, pela primeira vez, a entidade promoveu em um congresso, uma mesa específica sobre a relação entre as pessoas LGBTQIA+ e o mundo do trabalho.

COORDENADORES DO CONSELHO LGBT DA CUT

2009 – 2010: Fernando Schuller*

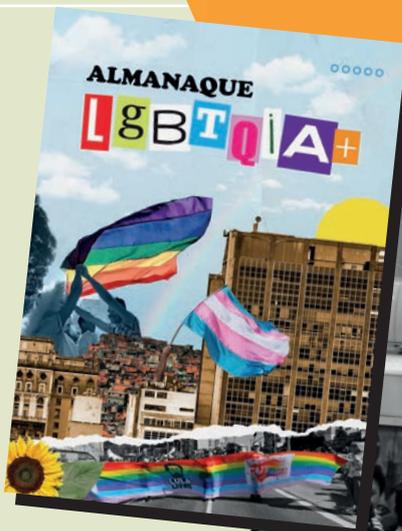
2010 – 2015: Marcos Freire

2015 – 2019: José Carlos do Prado (Zezinho)

2019: Walmir Siqueira

* Faleceu em 2010 e foi substituído pelo vice Marcos Freire

O encontro foi importante também para aprofundar a formação e fortalecimento de coletivos em diversas categorias e CUTs estaduais. A começar pela CUT-SP, que criou o primeiro em 2009, quando publicou ainda a edição inaugural da Cartilha LGBT.



O 1º ENCONTRO NACIONAL

A organização e o fortalecimento de coletivos, entre 2010 e 2018, fez o debate crescer dentro da Central e, em 2018, com apoio do Solidarity Center, aconteceu o 1º Encontro Nacional LGBT da CUT que, entre outros desafios, definiu a necessidade de elaborar materiais formativos como esse almanaque.

Em junho de 2019, o seminário 'LGBT e o mundo do trabalho', novamente uma atividade que teve entre os parceiros o Solidarity Center e definiu ações como a elaboração de cláusulas e orientações aos sindicatos para incluir pautas LGBTQIA+ nos acordos de trabalho.

Foto: Cadu Bazilevski

CUT NOS CONSELHOS

Uma das marcas do governo do ex-presidente Lula foi a participação popular na elaboração de políticas públicas por meio da criação de espaços como o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), instituído em 2010.

Desde o início, a CUT teve assento no CNCD, que contava com a nomeação de membros da sociedade civil em mandatos bienais e tinha como finalidade formular e propor diretrizes para políticas nacionais LGBTQIA+

Representaram a Central no CNCD, Marcos Freire (titular) e Janete Santana (suplente), entre 2011 e 2013, o falecido professor Carlos Obici (titular) e Walmir Siqueira (suplente), entre 2013

e 2015, Walmir Siqueira (titular) e Delmiro Freitas (suplente), entre 2015 e 2017, e Delmiro Freitas (titular) e Walmir Siqueira (suplente), entre 2018 e 2019, ano em que o órgão foi extinto por Jair Bolsonaro.

A decisão do presidente cassou os mandatos vigentes de 30 conselheiros, sendo 15 deles representantes de organizações sociais e outros 15 representantes governamentais.

Para continuar a denunciar os ataques a direitos durante o governo Bolsonaro e manter a luta em defesa da igualdade de gênero, o movimento criou o Conselho Nacional Popular LGBTI+, em junho de 2020, que conta com Walmir Siqueira (titular) e Anderson Pirota (suplente) como representantes da CUT.



PESQUISA DEMONSTROU

IMPORTÂNCIA DE TEMAS LGBTQIA+

PARA MOVIMENTO SINDICAL

No 7º CONCURTO, em 2000, a Central realizou uma pesquisa com a distribuição de 2.758 questionários aos delegados e delegadas e 1.262 responderam. Antes, o mesmo levantamento foi aplicado em 14 congressos estaduais.

90%

indicaram que o direito à liberdade de orientação sexual deve ser incorporado aos direitos humanos

94%

indicaram que os direitos sexuais são direitos individuais

75,2%

responderam que a CUT deveria incorporar o tema nas suas discussões

67,9%

responderam que era importante incorporar o tema nas agendas dos sindicatos filiados

14,8%

apontaram a inclusão de cláusulas LGBTQIA+ nas pautas de reivindicações

Fonte: Pesquisa aplicada pela CUT nos congressos estaduais e no 7º CONCURTO, em 2000

Você sabia?

A CUT participa da Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo, a maior do país, desde a primeira edição, realizada em 1997. Inicialmente, com a presença de trabalhadores e trabalhadoras de sindicatos filiados e, desde 2005, com carros de entidades ligadas à Central.



5 PASSOS PARA ORGANIZAR UM COLETIVO LGBTQIA+



1. O coletivo deve ser formado por sindicalistas militantes da causa LGBTQIA+ e pela Secretaria de Direitos Humanos (ou equivalente, como a de Políticas Sociais).
2. Não há um número específico de membros para formar um coletivo, mas recomenda-se um mínimo de cinco integrantes.
3. Após a constituição do coletivo, eleja um coordenador ou uma coordenadora, defina quem fará os relatórios das reuniões e quem apresentará as pautas à secretaria com a qual o coletivo terá ligação.
4. Após a constituição do grupo é importante aprofundar a consciência do coletivo e da direção sobre o tema. Algumas formas de fazer isso envolve promover palestras, debates, plenárias, seminários etc. Materiais informativos e formativos sobre o tema LGBTQIA+ podem ser solicitados às secretarias estaduais e nacional da CUT.
5. Quando o grupo se sentir preparado para ampliar sua atuação com sustentabilidade política, chega a hora de convocar um encontro regional. E depois estadual.



BRASIL RATIFICOU CONVENÇÃO SOBRE TRATAMENTO IGUAL NO EMPREGO

Uma pesquisa de junho de 2019 da rede LinkedIn apontou que 35% dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados já haviam sofrido discriminação velada ou direta por conta da orientação sexual. Cenário que vai contra acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e isso não é recente.

Desde 1966, está em vigor no país a Convenção 111 da OIT sobre a não discriminação no emprego e ocupação.

Os países que ratificaram a norma são obrigados a proteger todas as pessoas contra o preconceito no ambiente de trabalho e também aquelas que estão se preparando para trabalhar ou procurar emprego.

De acordo com a convenção é necessário adotar medidas contra a discriminação com base em “toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”.



CONVENÇÃO 190 DA OIT, UMA ALIADA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

Em junho de 2019, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) editou a Convenção 190, que trata do compromisso dos países em eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho.

O Uruguai foi o primeiro Estado-membro a ratificá-la, seguido pela Argentina, que aderiu ao documento no mesmo ano. Além desses países, Finlândia e Espanha também se comprometeram formalmente a seguir o mesmo caminho.

Essas seriam as primeiras ratificações de países interessados em adotar comportamentos e práticas para combater a opressão física, psicológica, sexual e econômica contra os trabalhadores e trabalhadoras. Para entrar em vigor é preciso que ao menos dois Estados-membros ratifiquem.

A campanha para que os países adotem a convenção foi inserida nos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e prevê punição a empresas e governos que não garantirem condições de trabalho sem violência, principalmente de gênero.



Curta esse livro

**DIFERENTES, NÃO DESIGUAIS –
A QUESTÃO DE GÊNERO NA ESCOLA**

*Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca
Machado e Michele Escoura*



Fundamental em tempos de patrulha ideológica das alas conservadoras dentro das salas de aula, o livro traz questionamentos sobre estereótipos, papéis de gênero e discute esse conceito tão polêmico. O livro propõe levar para o ambiente escolar um debate que precisa sair da superficialidade com a qual é tratada a questão.

AGENDA DE LUTAS

**28 DE
JUNHO**
Dia
Internacional
do Orgulho
LGBTQIA+



Foto: Ronê Ferreira/Pexels

DIREITOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS LGBTQIA+

PLANOS DE SAÚDE

Os convênios têm de aceitar parceiros e parceiras de mesmo gênero como dependentes dos trabalhadores e trabalhadoras beneficiários.

IMPOSTO DE RENDA

É possível declarar o companheiro ou a companheira como dependente.

COMUNHÃO DE BENS

O Código Civil determina que parceiros em união homoafetiva declarem-se em regime de comunhão parcial de bens.

PENSÃO ALIMENTÍCIA

O companheiro ou a companheira tem o direito a pedir pensão em caso de separação judicial.

PENSÕES

O companheiro ou a companheira tem o direito a solicitar pensão por morte.

CARTEIRA DE TRABALHO

Não é permitido a quem emprega efetuar qualquer anotação na carteira de trabalho que cause danos à imagem do trabalhador ou da trabalhadora, como referências a gênero ou sexualidade, origem social, raça, cor, estado civil, situação familiar, idade e saúde.

A medida nos lembra também que o registro em carteira e o trabalho formal é um artigo raro entre trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIA+, a maioria em situação de informalidade.



Foto: Frederico Haikal



Curta esse livro

QUEER | William S. Burroughs

Um dos maiores expoentes da geração beat, William Burroughs escreveu esse romance em 1952, mas a história só foi publicada na década de 1980 por conta da temática homossexual. Na obra, William Lee, alter ego do autor, busca aplacar a crise de abstinência por drogas com o desenrolar de uma relação obsessiva por Eugene Allerton. Juntos, eles partem para uma aventura na América Latina.

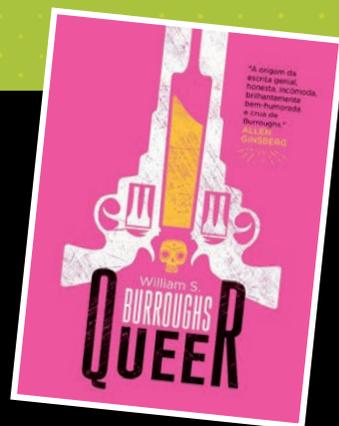


Foto: Arquivo Pessoal



3 perguntas para

Marcelo Hailer

Jornalista, doutor em Ciências Sociais (PUC-SP) e pesquisador do Inanna (Núcleo de Pesquisa sobre Sexualidade, Feminismos, Gêneros e Diferenças da PUC-SP)

Em quais bandeiras de luta o movimento sindical e o movimento LGBTQIA+ se encontram?

A pessoa LGBT está no mundo do trabalho e militantes LGBT que também são militantes sindicais tentam fazer essa intersecção. Acho que é um diálogo que tem avançado, cada vez mais a gente vê empresas aderindo a esses debates, sendo pressionadas a se posicionarem contra denúncias de homofobia, transfobia e lesbofobia, precisando assumir uma posição pública contra o preconceito. Esses dois mundos precisam estar próximos.

Qual o caminho para ampliar essa aproximação?

Há um trabalho que as feministas do movimento sindical fazem antes mesmo das pessoas LGBT, que é quebrar o machismo, uma herança patriarcal e colonial, essa masculinidade dominadora que coloca os homens no topo da pirâmide. Quando foi instituída na CUT a paridade de gênero, vários líderes se colocaram contra e estamos falando de 2015, foi ontem.



É um trabalho que levará um tempo, mas, pelo que observo, avançou. Isso vai ser melhorado com a troca geracional, observamos a juventude da CUT, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entidades que caminham próximas, cada vez mais fazendo esse debate, organizando coletivos que fazem essa discussão. É um processo constante, complexo, porque envolve questões morais, religiosas e tem de ter incentivo de cima para baixo, a partir do líder sindical que toma essas lutas para si.

Para além do efeito prático da constituição do coletivo, qual o caráter simbólico de ter alguém assumidamente LGBTQIA+ em uma posição de direção de uma entidade sindical?

Isso é importante porque dá coragem a outras pessoas para saírem do armário, para se sentirem amparadas, porque se veem representadas na estrutura sindical. Quando um coletivo LGBT começa a atuar, atrai militantes e abre portas para outras pessoas também criarem coragem de atuar politicamente. É simbólico e pedagógico, mas não basta ter simbolismo, é preciso ter estrutura e recursos.

RECONHECIMENTO DE DIREITOS EM UNIÃO HOMOAFETIVA PREVALECE NOS ACORDOS COLETIVOS



Entre todas as cláusulas que tratam de conquistas para o público LGBTQIA+, as que reconhecem os direitos para os trabalhadores e trabalhadoras em união homoafetiva são as mais presentes (39%) nos acordos coletivos negociados pelos sindicatos com vigência até 2021.

O levantamento inédito foi organizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2021, com base em dados do Ministério da Economia.

A maior parte das negociações ocorre por empresa (71,5%) e não para toda a categoria, o que indica ainda a dificuldade em oferecer acesso a direitos

para parte da classe trabalhadora que não segue uma orientação heteronormativa.

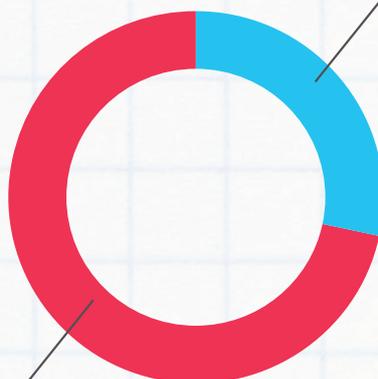
São Paulo é o estado onde a maioria desses acordos foi negociada e a atividade em que as cláusulas estão mais presentes é a de agentes autônomos do comércio (18%), seguida de perto pela construção e mobiliário (17,5%).

O levantamento tem como base o Mediador, sistema em que são registrados os acordos coletivos firmados entre trabalhadores, trabalhadoras e empresas, e não engloba as negociações discutidas pelos sindicatos do setor público. Isso ocorre porque não há acordo coletivo regulamentado para o funcionalismo no país.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ACORDOS COLETIVOS COM CLÁUSULAS LGBTQIA+ POR NÍVEL

EMPRESA
486 | 71,5%

CATEGORIA
194 | 28,5%



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ACORDOS COLETIVOS COM CLÁUSULAS LGBTQIA+ POR TIPO DE AÇÃO

39,1%

RECONHECIMENTO DOS DIREITOS PARA OS TRABALHADORES EM UNIÃO HOMOAFETIVA

1,9%

RECONHECIMENTO DOS DIREITOS PARA OS TRABALHADORES EM UNIÃO HOMOAFETIVA E UTILIZAÇÃO DO NOME SOCIAL

33,2%

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, AO PRECONCEITO E GARANTIA DE IGUALDADE DE SALÁRIOS E DE OPORTUNIDADES, INCLUSIVE NA CONTRATAÇÃO

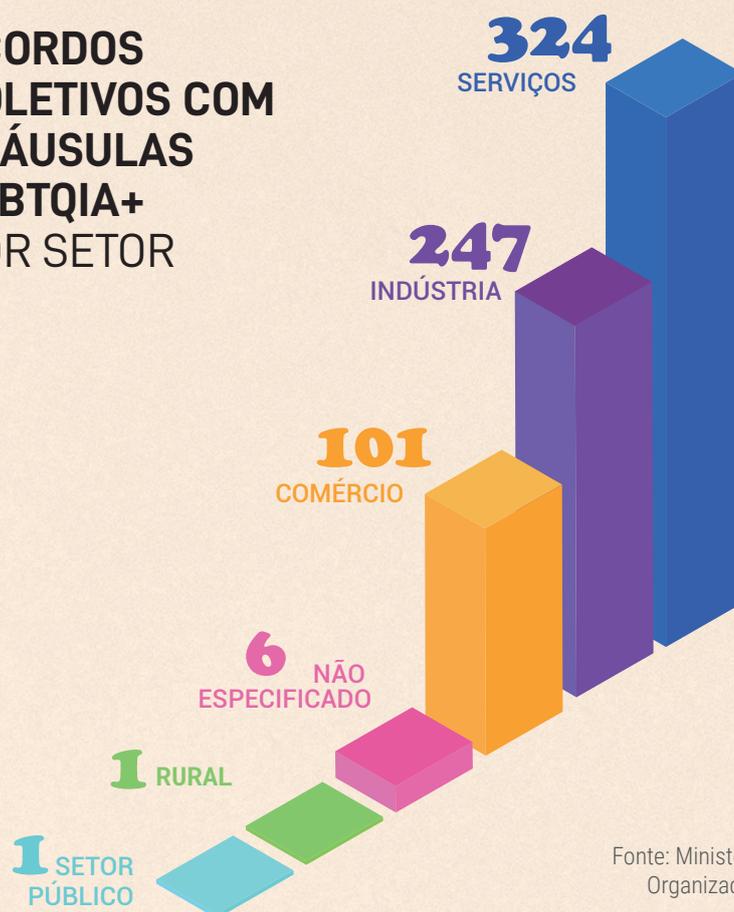
16,2%

ACESSO À ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E/OU OUTROS AUXÍLIOS, BENEFÍCIOS E LICENÇAS GARANTIDOS À UNIÃO HOMOAFETIVA

9,6%

ESTÍMULO À CONTRATAÇÃO DE MULHERES E À NÃO DISCRIMINAÇÃO

ACORDOS COLETIVOS COM CLÁUSULAS LGBTQIA+ POR SETOR



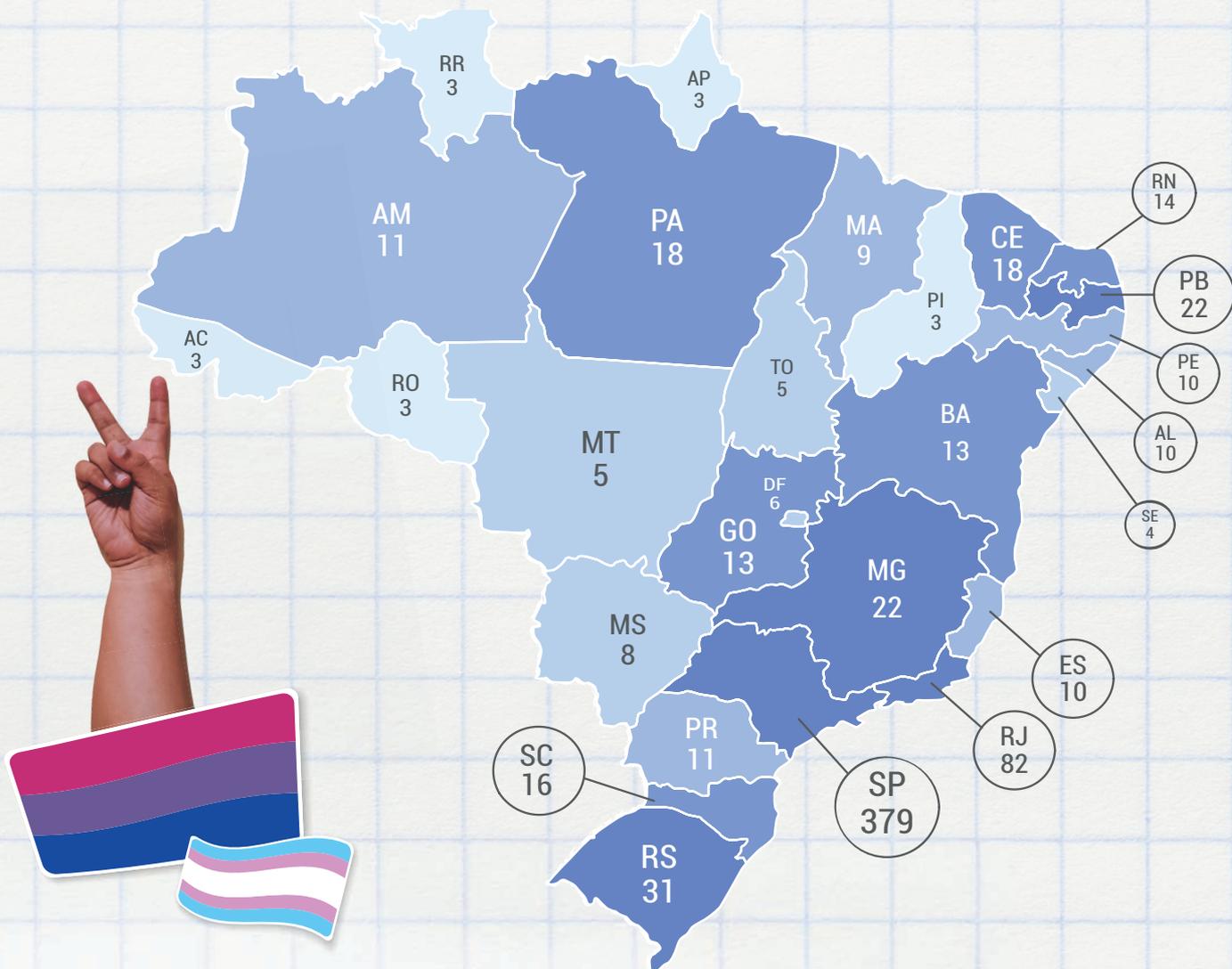
Fonte: Ministério da Economia/
Organização Dieese – 2021

ACORDOS COLETIVOS COM CLÁUSULAS LGBTQIA+ POR ATIVIDADE



ATIVIDADE	QUANTIDADE
Agentes autônomos do comércio	121
Construção e mobiliário	119
Atacadista e varejista	48
Saúde privada	41
Transportes	40
Química e farmacêutica	35
Alimentação	34
Armazenador	30
Comunicações, publicidade e empresas jornalísticas	27
Urbana	23
Bancos e empresas de seguros privados e capitalização	22
Metalúrgica, mecânica e do material elétrico	22
Turismo e hospitalidade	20
Propagandistas, propagandistas-vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos Vendedores e viajantes do Comércio	18
Profissional liberal	13
Conselhos profissionais	9
Prestação de serviços a terceiros	7
Sindical	7
Cooperativa	6
Difusão cultural	6
Vestuário	6
Bombeiro	5
Processamento de dados	5
Práticos de farmácia	4
Extrativa	3
Alimentação / Química e farmacêutica	2
Artefatos de borracha	2
Não especificada	2
Agricultura e pecuária	1
Fiação e tecelagem	1
Segurança e vigilância	1
TOTAL	680

ACORDOS COLETIVOS COM CLÁUSULAS LGBTQIA+ POR ESTADO E UNIDADE FEDERATIVA



INCIDÊNCIA DOS ACORDOS COLETIVOS POR UF

SP	379	PE	10
RJ	82	MA	9
RS	31	MS	8
MG	22	DF	6
PB	22	MT	5
CE	18	TO	5
PA	18	SE	4
SC	16	AC	3
RN	14	AP	3
BA	13	PI	3
GO	13	RO	3
AM	11	RR	3
PR	11		
AL	10		
ES	10		

Fonte: Ministério da Economia/
Organização Dieese - 2021



Foto: Jordana Mercado/CUT-SP

A saudável luta pelo respeito

Respeito é diferente de tolerância e aceitação

Tolerar é suportar e a luta dos movimentos sociais é por respeito, para que a igualdade esteja presente em todos os aspectos da vida, inclusive, na garantia de saúde.

Por isso, a luta dos grupos LGBTQIA+ sempre teve como um dos pilares a saúde integral, que tem como base legal a Constituição de 1988, na qual é compreendida como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Isso significa que não basta a ausência de doenças para definir o ser saudável. A integralidade inclui o bem-estar físico, mental e social.



7 conquistas LGBTQIA+ na saúde



2003

Temas LGBTQIA+ entram definitivamente na pauta durante a realização da 12ª Conferência Nacional de Saúde

2004

Programa 'Brasil Sem Homofobia' traz ações de equidade de acesso aos serviços públicos

Criação do Comitê Técnico de Saúde da População GLTB no Ministério da Saúde

2006

Conselho Nacional de Saúde passa a contar com representação LGBTQIA+

2007

13ª Conferência Nacional de Saúde aponta que a orientação e a identidade de gênero devem ser tratadas como questões de saúde

2008

Após amplo debate e luta dos movimentos sociais, em agosto, o SUS (Sistema Único de Saúde) passa a realizar cirurgias de redesignação sexual

2010

O lançamento da Política Nacional LGBT apresenta diretrizes para o atendimento a usuários dos serviços públicos

2011

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, assinada durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde, traz parâmetros para efetivar o acesso à saúde ao público LGBTQIA+ e reafirma a ideia de um SUS universal, integral, para todos e com atendimento humanizado.

O pre-conceito clínico

Entre os muitos preconceitos que as pessoas LGBTQIA+ enfrentam está a associação com doenças, tanto mentais, quanto as sexualmente transmissíveis.

Diante do desconforto e da conseqüente criminalização do diferente, que se consolidou ao longo de décadas, é comum ver relatos de atendimentos médicos em que a menção a uma orientação que não é heterossexual seja acompanhada da indicação de exames para detectar o HIV sem que exista qualquer questionamento sobre a rotina sexual.

Outro problema enfrentado por travestis e transexuais é o uso do nome social. O decreto presidencial 8.727, de 2016, instituído pela ex-presidenta Dilma Rousseff, assegurou o direito ao atendimento em órgãos da administração pública com base no nome com o qual se identificam.



AGENDA DE LUTAS

29 DE AGOSTO

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica



Homessexualidade OU Homessexualismo?

A criação do termo homossexual é atribuída ao jornalista austro-húngaro **Karl Kertbey**, no século 19, para referir-se a quem sente atração e se relaciona com pessoas do mesmo gênero.

O termo homossexualismo caiu em desuso e foi substituído pela palavra homossexualidade.

Isso porque o sufixo 'ismo' está associado, entre outras coisas, a doenças.

Você tem direito ao nome que quiser

A utilização do nome social no cartão do SUS é um direito universal e reconhecido desde a 13ª Conferência Nacional de Saúde como uma diretriz essencial para o bem-estar.

O reconhecimento de um nome que corresponda à forma como alguém se enxerga internamente impacta na afirmação da cidadania, ao disponibilizar ferramentas, inclusive legais, para impedir situações constrangedoras.

A possibilidade de pedir atualização do cadastro com o nome social foi instituída na Portaria 1.820, em 2009, que estabeleceu a Carta de Direitos dos Usuários do SUS. O inciso I do artigo 4.º da carta determina:

"...identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença."



AIDS *reflete* *desigualdades* *sociais*

A infecção por HIV no Brasil está em queda desde 2012, quando o número de casos era de 21,9 para cada 100 mil habitantes, em média, e atingiu 17,8 para cada 100 mil, em 2019.

Desde a primeira detecção no mundo, em 1981, nos Estados Unidos, a doença foi associada ao público LGBTQIA+, algo que contribuiu para aumentar o preconceito. Mas há muito o HIV deixou de ser exclusividade de um segmento.

Prova disso é que, entre 2007 e 2019, 248.520 pessoas se infectaram no país pelo vírus a partir de relações sexuais. Dessas, 105.014 eram LGBTQIA+, o equivalente a 42% do total, de acordo com o último boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde.

O combate ao preconceito ainda segue como parte da luta contra a AIDS. Dados do Índice de Estigma em Relação às Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, lançados em dezembro de 2019, mostram que, entre todas as pessoas vivendo com o vírus, 64% relataram ter sofrido alguma forma de discriminação.

Há ainda um recorte racial pouco avaliado. Em 2019, a maior parte das pessoas que morreram em decorrência de complicações causadas pela doença era negra (61,7%).

Foto: Bettye Lane - LGBT History



Orientação ou opção sexual?



Quando tratamos da forma como nos relacionamos, o termo correto é orientação sexual.

Essa definição parte da ideia de que orientação é um direcionamento do desejo, algo que acontece naturalmente, enquanto opção trabalha com a ideia de escolha.

Por isso, o mais adequado é utilizar orientação, que indica o gênero pelo qual alguém se sente preferencialmente atraído, podendo ainda ser bissexual

ou não binário – que não se enquadra em valores relativos às identidades masculina ou feminina.

Identidade de gênero: como alguém se entende individualmente na sociedade

Orientação sexual: como a pessoa se relaciona sexualmente com outros gêneros



Brasil é referência em cirurgias de readequação sexual

Em agosto de 2008, o SUS passou a realizar cirurgias de redesignação sexual, também conhecidas como de transgenitalização, para mulheres transexuais que desejavam mudar sua genitália. Em 2013, a portaria 2.803 passou a incorporar também homens trans e as travestis.

O procedimento é precedido por avaliações psicológicas e psiquiátricas e inclui ainda procedimentos como a hormonização. Além da complexidade da operação, a demora, que pode chegar a

10 anos, se dá por conta do pequeno número de hospitais habilitados para fazer o procedimento em todo o país.

Apesar da luta dos movimentos LGBTQIA+ e das conquistas alcançadas principalmente a partir dos anos 2000, uma pesquisa realizada em 2016 pelo Hospital das Clínicas da USP e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 620 pessoas transexuais, de 18 a 64 anos, mostra que há muito a avançar na relação entre usuários e trabalhadoras da saúde.

Segundo o levantamento, 43,2% dos entrevistados disseram evitar serviços de saúde pelo receio da discriminação e 58,7% afirmaram ter sido vítima de discriminação durante um atendimento médico.



Não há o que ser curado
Não há o que ser curado
Não há o que ser curado
Não há o que ser curado
Não há o que ser curado

Ainda que tempos tenebrosos tragam a ideia de uma cura gay, as orientações que não se enquadram na heteronormatividade não são uma doença e afirmar isso é parte da luta dos movimentos em defesa dos direitos humanos.

Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reviu a Classificação Internacional de Doenças e deixou de considerar a atração por pessoas do mesmo gênero como uma patologia mental. A mudança ocorreu com a alteração do status de perversão para estilo de comportamento.

Antes disso, no Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina também deixou de considerar a homossexualidade como desvio sexual. Doze anos depois, a Associação Americana de Psiquiatria fez o mesmo em sua publicação, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, considerado uma referência na psiquiatria.

Você sabia?



Motivo de orgulho, o Brasil foi o primeiro país a banir a chamada '*terapia de conversão*' que propõe mudar a orientação homossexual. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) proibiu o tratamento há 18 anos.



3 perguntas para **Olga Carolina Figueiredo**



Psicóloga Clínica com pós-graduação em psicologia junguiana

Do ponto de vista clínico é possível determinar a origem do preconceito contra as pessoas LGBTQIA+?

Não é possível determinar porque não se trata apenas de um aspecto, mas sim de diferentes esferas a serem analisadas: sociedade, história, cultura, coletividade e individualidade.

As minorias (mesmo em muitos casos não o sendo) têm olhares preconceituosos para com elas porque apresentam e representam o que as chamadas maiorias não aceitam ou não se permitem aceitar, viver ou ser.

Numa sociedade que há anos é majoritariamente cis heteronormativa, aceitar, entender e acolher todo o oposto testemunhado ao longo da História foi e é um esforço principalmente porque aceitar o outro diz respeito também a se aceitar individualmente.

Muitas vezes, o medo é presente no universo das pessoas LGBTQIA+, seja por receio da não aceitação, seja pelo temor de agressões psicológicas e físicas. Como lidar com isso?

É de extrema importância que se sinta medo porque auxilia na sobrevivência. Mas isso se torna patológico quando o sentimos em situações que supostamente não têm ou não teriam essa oferta. Qual foi a informação que o cérebro e a psique receberam para que se passasse a temer outro ser humano por ele ser diferente?



A população LGBTQIA+ sofre com o medo diariamente, baseado em vivências sociais ou familiares. O medo de ser rejeitado, abandonado, rotulado, agredido e muitos outros faz com que o indivíduo negue ou esconda sua identidade.

Quanto mais a família acolher, abrir espaço para que se converse, entender a si mesma e ao outro, mais chances de manter vínculos fortalecidos.

O medo também parece parte da postura preconceituosa de quem não consegue conviver com as pessoas LGBTQIA+. Por que isso acontece?

Não é possível afirmar uma única causa, mas podemos abrir a questão para algumas possibilidades. Uma delas pode ser o fato de que quando determinados assuntos se abrem, o indivíduo que sempre preferiu acreditar e defender padrões rígidos se incomode com essa abertura que o forçará a também se desconstruir.

Multiplicando esse indivíduo, teremos um grupo que terá medo de ser tirado da zona de conforto e da comodidade, com certo poder dado a pessoas tidas por ele como erradas porque não fazem o que está determinado dentro da caixinha da rigidez.

Enquanto não exercermos a empatia e a curiosidade de conhecer, algumas posturas serão mais difíceis de rompermos.



Fim da discriminação: **homens gays também podem doar sangue**

Desde maio de 2020, após o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar uma resolução da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), os homossexuais podem doar sangue sem que precisem omitir a orientação sexual.

De acordo com a norma da agência, homens que tivessem mantido relações sexuais com outros homens nos últimos 12 meses e informassem essa condição na entrevista prévia, eram proibidos de passar pelo procedimento.

O avanço é uma grande vitória, porém, os votos dos ministros demonstraram como o preconceito ainda é presente até mesmo em órgãos que deveriam zelar pela igualdade.

O julgamento começou em julho de 2016 e em outubro foi interrompido por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Mesmo com hospitais em campanha pela doação de sangue por conta da pandemia de Covid-19, em 2020, a Advocacia-Geral da União (AGU), órgão submetido ao governo de Jair Bolsonaro, pediu que o STF rejeitasse a ação.

Porém, o ministro Edson Fachin, relator do processo, votou pela inconstitucionalidade das normas da Anvisa, seguido pelos também ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Dias Toffoli.

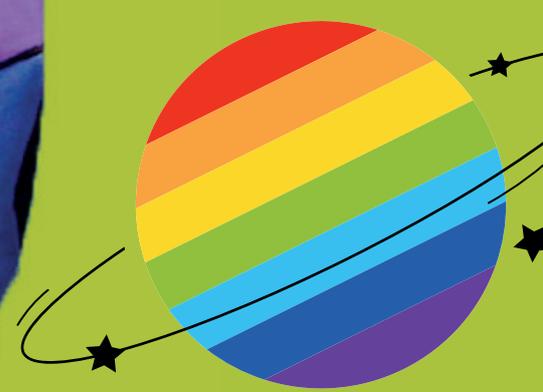
Já o ministro Alexandre Moraes foi favorável à doação desde que o sangue colhido fosse utilizado apenas após o teste imunológico, sendo seguido por Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.





Celebrar o direito de lutar, lutar pelo direito de celebrar

Foto: Paulo Pinto/Fotos Públicas



○ ○ ○ ○ ○

No dia 28 de junho de 1997, então com o nome de Parada do Orgulho Gay, a primeira edição do encontro que se tornou o evento que mais atrai turistas para a cidade de São Paulo, reuniu cerca de duas mil pessoas com o tema “Somos muitos, estamos em várias profissões”.

Já naquela ocasião, a CUT esteve presente representada por lideranças sindicais que militavam em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIA+. Desde 2005, a Central leva à Avenida Paulista um trio elétrico que abre espaço para tratar de temas ligados ao movimento e ao mundo do trabalho.

A luta da entidade e de sindicatos cutistas contra a LGBTQIA+fobia é considerada pioneira no movimento sindical e rendeu homenagens como o Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade entregue ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, em 2011, na categoria Trabalho.

O reconhecimento se deu por ações como a manutenção de maneira ininterrupta na convenção coletiva, desde 2009, da extensão de direitos aos casais homoafetivos.

Em 2006, já como Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, o encontro foi incluído no Livro dos Recordes (Guinness Book) como o maior do gênero no mundo ao reunir 2,5 milhões de participantes na avenida símbolo da capital paulista.



3 perguntas para



Marcos Freire

Diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, coordenador do coletivo LGBTQIA+ da CUT-SP e da Articulação Brasileira de Gays Sudeste (Artgay)

Você esteve na primeira parada do Orgulho LGBTQIA+ (à época, Parada do Orgulho Gay). Quais os resultados que aquela edição colheu?

A parada foi em 1997, mas em 1996 já houve uma concentração na Praça Roosevelt (na região central da cidade de São Paulo). Na época, foi constituída por alguns grupos, o Caehusp (Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP) e o Corsa (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor), entre outros.

Nas primeiras paradas, o objetivo foi conquistar a visibilidade, mostrar que existíamos e estamos em todos os lugares, que foi tema, inclusive, da primeira edição. Nos anos seguintes o objetivo foi avançar em conquistas de direitos.



Como era o diálogo do movimento sindical com a pauta LGBTQIA+ naquela época?



Sempre foi muito controverso, do ponto de vista do movimento social, que começou a construir essa discussão desde o grupo Somos, o primeiro organizado no Brasil, em 1980. Depois houve um hiato e o debate foi retomado a partir de 1995, com a entrada dos militantes das organizações sindicais.

Isso trouxe alguma preocupação para o movimento gay da época, que acreditava numa ideia de que os sindicalistas iriam se apropriar da luta, mesma preocupação presente nas lutas feminista e racial. As relações foram avançando, até pela discussão política, e hoje nossa preocupação é outra. Ficou claro para nós a dificuldade em romper algumas barreiras no movimento sindical, ainda muito machista.

Mas a entrada do movimento trabalhista foi muito importante, uma perua do sindicato, inclusive, ajudou na realização da primeira parada quando ouvíamos ‘mas viado tem direito?’. E mostramos que não só temos direito, como estamos em todas as profissões.

A partir desses diálogos é que conseguimos criar os grupos de discussão, os coletivos, e a CUT foi pioneira nisso. Tivemos muita influência dentro da parada e hoje mais ainda, porque a discussão, principalmente da inclusão trans no mundo do trabalho, é premente.

Há quem critique a parada por alegar que o caráter festivo encobriu a luta política. Você concorda com isso?



Nunca concordamos. O primeiro momento, de dar visibilidade, já é de uma importância política tremenda e permitiu que avançássemos em outras pautas.

Deixamos de ser invisíveis, foi algo que as paradas trouxeram, levando as manifestações até mesmo para as cidades pequenas.

Claro que poderia avançar mais, a Associação da Parada (responsável por organizar o evento) poderia ter um papel político muito maior. Essa é uma discussão que sempre houve, fazer projetos para a própria comunidade LGBT da capital paulista, algo mais amplo e não só fazer algo para o dia da parada. Mas não negamos que as paradas foram e sempre serão importantes.



A resistência e a diversidade do arco-íris



Antes do arco-íris se tornar símbolo do movimento LGBTQIA+, as paradas gays que aconteceram no final dos anos 1960, nos EUA, trouxeram como ícone um triângulo rosa. A forma geométrica costurada aos uniformes era utilizada nos campos de concentração nazistas para identificar quem havia sido capturado por ser homossexual.

Porém, ativistas como o político Harvey Milk e o designer Gilbert Baker entenderam que era necessário estabelecer um símbolo universal que expressasse a resistência, mas também a alegria e inclusão.

Daí surge a sequência de cores pensadas por Baker, em 1978, às quais foram atribuídas os seguintes significados: rosa para sexualidade, vermelho para a vida, laranja para a saúde, amarelo para o sol, verde para a natureza, azul para a arte, índigo para serenidade e violeta para espírito.

Inspirada pela bandeira estadunidense e pela chamada bandeira da raça humana, uma referência hippie do final da década de 1960, o material costurado por Gilbert Baker tomou a licença de incluir o rosa entre as sete cores presentes no arco-íris.

Por conta da dificuldade em encontrar algumas tonalidades, uma bandeira muito comum em passeatas e manifestações é a de seis faixas com vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e roxo.



Mais bandeiras



Movimento lésbico:

usa o símbolo nazista do triângulo invertido utilizado para identificar mulheres indesejáveis e um machado duplo, símbolo grego da fertilidade e da agricultura



Movimento bissexual:

tem as cores rosa (atração sexual pelo mesmo sexo), roxo (atração pelo sexo oposto) e azul (atração por ambos os sexos).



Movimento transgênero:

criada em 1999 por Monica Helms, tem faixas azul claro, que representam o masculino, rosa claro, que representa o feminino e branca, que representam o intersexo ou gênero indefinido.



Movimento intersexual:

a bandeira tem um fundo amarelo e o círculo roxo, que representam a completude, o ilimitado, ao mesmo tempo que dá ideia de inteireza.



Movimento não binário:

referência para as pessoas que não se enquadram como gênero masculino ou feminino, traz as faixas amarela, em referência ao não binarismo, branca, como ideia de muitos gêneros, roxa, com o sentido de fluidez, e preta, como alusão a agênero ou sem gênero.

Marielle Franco presente!



Lésbica, negra, socióloga e feminista, Marielle Francisca da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi criada na favela da Maré e tinha 28 anos quando foi assassinada em 14 de março de 2018 ao lado do motorista Anderson Gomes. Eles foram atingidos por 13 tiros em Estácio, região central da cidade do Rio de Janeiro, enquanto voltavam de um evento na Lapa.

Formada em Ciências Sociais pela PUC-Rio, com bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni), e mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense, Marielle foi eleita vereadora no Rio pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2016.

Durante o mandato, Marielle denunciou por diversas vezes execuções atribuídas às milícias cariocas e criticou o trabalho da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Antes de morrer, tinha sido eleita também relatora da Comissão Representativa da Câmara de Vereadores.

Após três anos de sua morte, e mesmo com a prisão de dois policiais militares responsáveis pelo crime, o Brasil ainda não sabe quem mandou matar Marielle e Anderson.

Você sabia?



Mesmo com o machismo e a LGBTQIA+fobia ainda presentes nos estádios, há ao menos 14 torcidas organizadas assumidamente LGBTQIA+ no país.

Em 2019, essas torcidas se uniram para formar o Coletivo Nacional de Torcidas LGBTQ Canarinhos Arco-Íris que reúne a Orgulho Vermelho (Internacional), Furacão LGBT (Athletico-PR), Coxa LGBTQ+ (Coritiba), Paraná LGBTQ (Paraná Clube), Fiel LGBT (Corinthians), Palmeiras Livre (Palmeiras), FlaGay (Flamengo), Marias de Minas (Cruzeiro), LGBTricolor (Bahia), Orgulho Rubro-Negro (Vitória), Coral Pride - Camisa 24 (Santa Cruz), Sport Recife LGBTQ (Sport), Vozão Pride (Ceará) e Papão Livre (Paysandu).

A VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

SEGUNDO A ONG
TRANSGENDER
EUROPE (TGEUE),
DESDE 2008,
O BRASIL É O
PAIS QUE MAIS
MATA TRANS
NO MUNDO

FONTE: DOSSIÊ ANTRA – JANEIRO DE 2021



Foto: Jordana Mercado/CUT-SP

175 PESSOAS
TRANS FORAM
ASSASSINADAS
EM 2020.
TODAS ERAM
TRAVESTIS OU
MULHERES TRANS.

FONTE: DOSSIÊ ANTRA – JANEIRO DE 2021

EM 2020,
HOUVE CRESCIMENTO
DE 201% NOS CASOS
EM RELAÇÃO A 2008,
ANO DE MENOR NÚMERO
DE ASSASSINATOS
RELATADOS.

— — — — —

FONTE: DOSSIÊ ANTRA – JANEIRO DE 2021

BRASIL

O PAÍS DOS 'MARICAS'

Ao longo do mandato, o presidente Jair Bolsonaro se notabilizou por expor o preconceito sem pudores. Em novembro de 2020, ao se posicionar sobre as mortes causadas pela Covid-19, ele afirmou: "Não adianta fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas."

Segundo o dicionário Michaelis, marica é o "indivíduo de modos efeminados". Com essa afirmação, o presidente demonstra uma ideia preconceituosa de que o feminino é frágil e incapaz de enfrentar dificuldades. Discurso feito em um Brasil onde 34,4 milhões de domicílios são chefiados por mulheres, quase metade dos lares brasileiros, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Declarações como a de Bolsonaro ajudam a naturalizar um cenário de repressão e mortes e prejudicam a luta de milhares de pessoas LGBTQIA+ por respeito e pela vida.

Em todo o mundo, 11 países punem com morte as relações homossexuais e, em 70, ser LGBTQIA+ é crime, conforme aponta o relatório 'Homofobia de Estado', elaborado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), de 2019.

No Brasil, um levantamento com base em notificações de atendimentos pelo SUS a vítimas de violência, entre 2015 e 2017, mostrou que a cada uma hora um LGBTQIA+ é agredido. Mais da metade dos casos de violência (51%) ocorreram contra pessoas negras.

70 PAÍSES
CONSIDERAM
CRIME SER
GAY OU
LÉSBICA

11 PAÍSES
NO MUNDO
PUNEM
COM MORTE
RELAÇÕES
HOMOAFETIVAS

51%
DAS PESSOAS
LGBTQIA+
AGREDIDAS
EM 2020
ERAM NEGRAS

Quando a
violência é a

PALAVRA



“A violência simbólica da palavra é tão dura ou até pior do que uma agressão física. Chamar alguém de bicha, sapatão ou dizer a uma travesti ou transexual que precisa trocar de roupa e se vestir direito, muitas vezes marca mais do que levar um tapa na cara. Até porque, não se ouve isso só uma vez”, aponta José Carlos do Prado, o Zezinho, secretário de escola e diretor do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo (Afuse).

A agressão verbal, muitas vezes difícil de ser detectada, se manifesta na forma de ameaças, constrangimento, humilhação, perseguição, ridicularização, entre outras ações que visam fragilizar alguém. Não é incomum, ainda, que se culpe o agredido por ‘fazer-se de vítima’, ou que o agressor aponte que ‘vivemos tempos chatos e repressores’.

Viver em uma sociedade que refletiu sobre seus rumos e passou a cobrar o fim da discriminação é avanço e não o contrário, conquistado por quem se fortaleceu individual e coletivamente, como conta Zezinho.

“Meu jeito de olhar já fazia com que qualquer tentativa de me atacar fosse pensada duas vezes. Deixava nas entrelinhas que se tivesse alguma ação, teria reação à altura”, explica o também dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Ex-coordenador do Coletivo LGBTQIA+ da CUT e ex-integrante do extinto Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, ele ressalta que os retrocessos impostos atualmente no Brasil após um período de avanços vivenciados a partir dos anos 2000, buscam estrangular os espaços de reflexão.

Como é o caso das salas de aula, onde o Projeto Escola Sem Partido – engavetado em 2018 e reapresentado em 2019 como Projeto de Lei 246/19 – busca aplicar uma espécie de ‘lei da mordaca’ sobre os professores.

O conteúdo ‘atualizado’ pela deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) permite que estudantes de escolas públicas gravem as aulas para que os pais possam avaliar o conteúdo pedagógico aplicado nas salas. Na prática, o objetivo é coibir o papel emancipador da educação, ao intimidar os educadores para que não tragam à tona temas que conflitem com valores conservadores. “Muitas escolas tinham debate de gênero de forma mais aberta. Não como queríamos, mas já tínhamos avançado bastante. O que vivenciamos agora é um retrocesso em questão de gênero, respeitabilidade e combate à discriminação”, avalia Zezinho.

As pessoas LGBTQIA+



sob o olhar religioso



Foto: Claudio Kbone

“As pessoas LGBTQIA+ são seres humanos a serem respeitados e acolhidos como todos os seres humanos. Não há qualquer tipo de discriminação preconceituosa em meus posicionamentos pessoais, religiosos, espirituais e monásticos. Não posso responder por todo o Budismo, visto que é descentralizado, amplo, vasto e com inúmeras ramificações. Só posso falar por mim e por minha comunidade zen budista, onde todos são igualmente recebidos, incluídos e respeitados com a dignidade própria a cada ser humano.”

Monja Coen

“O Candomblé enxerga, sente e percebe tudo que é ‘humano’ como existência. Memórias existenciais que emergem das possibilidades de encruzilhadas. Portanto, os rótulos coloniais são posteriores a uma cosmopercepção epistemológica de Terreiro. Muito embora não sejamos todos iguais e nem precisemos ser, não são os afetos e os desejos que nos definem ou nos excluem de uma origem que se volta para a força criadora chamada de ‘Deus’.”

Babalarixá Sidnei Barreto Nogueira de Xangô

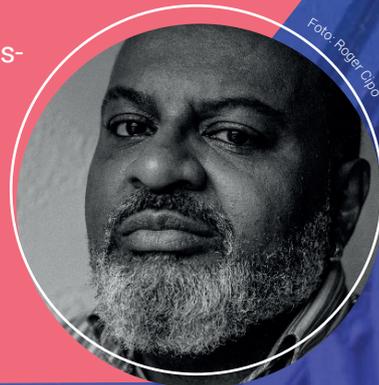


Foto: Roger Cipo



Foto: Agência Brasil

“Perdão para o grupo LGBTQIA+. Ninguém pode achar que a homofobia vem de Deus. Ninguém pode achar que a LGBTfobia vem de Deus. Isso é pecado. E atenção, padres e pastores que humilham pessoas LGBTs, isso é crime”.

Padre Júlio Lancellotti ao pedir perdão pela discriminação sofrida por Michel Glaudemberg, humilhado na igreja de Santo Anastácio, interior de São Paulo, por ser gay.

“O legalismo que se instalou no meio protestante e evangélico por meio de alguns coronéis da fé no Brasil tem ofuscado a vontade de Deus para sua igreja que sempre foi a de estender o Evangelho a todes como forma de reflexão em prol da dignidade humana. Deus não está preocupado com gênero, na verdade o que importa para ele é o coração humano.”

Pastor Fábio Bezerril



Foto: Arquivo Pessoal

DISCRIMINAÇÃO A PESSOAS LGBTQIA+ É CRIME, DENUNCIE!



Casos de discriminação em página da internet ou redes sociais

new.safernet.org.br/denuncie

Delegacias

Toda delegacia deve atender vítimas de crimes contra LGBTQIA+. Basta registrar um Boletim de Ocorrência e buscar ajuda de possíveis testemunhas para mover uma ação.

190

Canal da Polícia Militar para registrar casos de violência - Atende 24 horas.

Disque 100

Canal do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos - Atende 24 horas.





Como ajudar

uma vítima a fazer

A DENÚNCIA

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais preparou uma cartilha com informações sobre como ajudar uma vítima de violência a efetivar a denúncia. Preste atenção nessas dicas:

1. ESCUTE E ACREDITE NA HISTÓRIA DA VÍTIMA:

Vítimas de violência sentem muita culpa, medo, vergonha e normalmente estão inseguras para registrarem a denúncia na delegacia. Faça com que se sinta confortável para buscar apoio.

2. NÃO DEIXE A VÍTIMA SOZINHA:

Deixar claro para a vítima que ela não está sozinha é importante para fortalecer sua decisão de efetivar a denúncia. Ela precisa saber que poderá contar com uma rede de apoio que vai além das instituições.

3. SUGIRA BUSCAR AJUDA EM OUTROS LUGARES ALÉM DA DELEGACIA:

É comum que pessoas LGBTQIA+ recusem-se a ir a uma delegacia.

Muitas vivem em situação de vulnerabilidade e o ambiente de uma delegacia pode intimidar ainda mais. Mas existem alternativas, como Comissões da Diversidade Sexual e de Gênero das OAB de cada estado, Núcleos Especializados de Prática Jurídicas nas universidades (que prestam assessoria gratuita a populações em situação de vulnerabilidade), ONGs LGBTQIA+ e ativistas de direitos humanos que podem ajudar nesse processo de denúncia.

Há estados e cidades que contam com Conselhos LGBTQIA+, Coordenações de Políticas LGBTQIA+ (ou de Diversidade Sexual e de Gênero), delegacias especializadas e canais de denúncia por telefone como o Disque 100 LGBT.

Procure se informar em seu estado para utilizar todos os mecanismos que estão à sua disposição. Saiba que existe de fato uma comunidade LGBTQIA+, desde ativistas a não-ativistas que querem se ajudar reciprocamente para enfrentar casos de discriminação LGBTQIA+fóbica.

A vida de

Gisberta

NÃO FOI EM VÃO

Gisberta Salce Junior nasceu na cidade de São Paulo com o nome de Gisberto e, em 1979, mudou-se do bairro da Casa Verde, na zona norte da capital paulista, para fugir da crescente onda de violência contra travestis e transexuais.

Aos 18 anos, viajou para a França e após passar por um tratamento hormonal e um implante de silicone nos seios, foi viver no Porto, em Portugal, onde fazia apresentações como transformista. O dinheiro, porém, não era suficiente para se sustentar e recorreu à prostituição.

Com o tempo, percebeu sinais no corpo que levaram à confirmação de que era portadora do vírus HIV.

A nova realidade fez com que não pudesse mais se manter com os programas e o preconceito contra transexuais impediu que ela conseguisse um emprego. Sem dinheiro para renovar o visto de residência, tornou-se uma imigrante ilegal.

A falta de recursos também a obrigou a sair do apartamento onde morava e ir viver em um prédio abandonado.

Em condição debilitada, Gisberta estabeleceu uma relação de amizade com um grupo de adolescentes, que se transformou em dor. Inexplicavelmente, 14 jovens entre 12 e 16 anos que a conheciam, passaram a agredi-la, revezando-se entre espancamentos, queimaduras com cigarros e torturas sexuais.

Até que ela perdeu as forças para lutar. Ao encontrarem-na incapaz de responder a estímulos, imaginaram que estivesse morta e a lançaram ao fosso do prédio abandonado onde vivia e que estava cheio de água. Os exames periciais

apontaram que, apesar de inconsciente, ela estava viva quando foi jogada amarrada a um pedaço de madeira.

No dia 22 de fevereiro de 2006, aos 45 anos, Gisberta morreu por afogamento.

Para os jornais portugueses, inicialmente era alguém sem nome, apenas uma travesti, imigrante ilegal, soropositiva e sem-teto. Porém, as associações de defesa dos direitos homossexuais organizaram manifestações pelo país e mudaram esse cenário. Mas não o julgamento.

Somente um adolescente, o mais velho, de 16 anos, que alegou não ter participado diretamente do crime, foi condenado a oito meses por omissão de socorro. Segundo o juiz do caso, o assassinato 'foi uma brincadeira de mau gosto'.

A revolta com o veredito fez com que a mobilização crescesse e, nos 10 anos seguintes, Portugal aprovou leis que facilitaram o acesso de pessoas trans à educação, trabalho, justiça e à mudança do nome social.

A história de Gisberta se transformou em peça de teatro, documentário e na canção 'Balada de Gisberta', na voz de Maria Bethânia.

Mas, principalmente, sua jornada virou símbolo e inspiração para a luta por direitos humanos, contra todas as formas de discriminação e em defesa de um mundo mais digno.



DICA DE
música:

🎵 Balada de Gisberta
🎤 Maria Bethânia



A LUTA NÃO VAI PARAR



Em 2011, o governo comandado pela ex-presidenta Dilma Rousseff promoveu a 14ª Conferência Nacional de Saúde, que despertou a atenção pelo foco na democratização do acesso aos serviços públicos pela comunidade LGBTQIA+.

Na abertura, a travesti Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), falou sobre a violência física, mas também simbólica expressa na rotina de exclusão de pessoas trans de serviços como o SUS.

Nascida em Pedreiras, no Maranhão, ela chegou a Salvador (BA) em 1985 após transitar por diversos estados e países trabalhando na prostituição.

Nos anos 1990, a convite do antropólogo e historiador Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, começou um trabalho voluntário de distribuição de preservativos. Com vários canais de diálogo estabelecidos, fundou a Associação de Travestis de Salvador, ferramenta fundamental para consolidar a identidade política.

“A minha identidade foi construída desde sempre, sempre me entendi como travesti. Não passamos por fases, como muita gente pode acreditar, mas uma transição de identidade a partir da descoberta de que não se quer nada do universo masculino, que quer se comportar como sendo do gênero feminino. Que não é um feminino de mulher, mas de travestis”, explica.

Para Keila, esse processo é sempre árduo, principalmente num Brasil que se comporta de uma maneira mais agressiva do que há 10 anos. “Nunca observamos tantos assassinatos com resquícios de crueldade e ainda dentro de uma subnotificação.”

Keila aponta também que a ausência de políticas públicas contribui para esse cenário, uma inversão que o país vive desde o golpe contra a ex-presidenta Dilma.

“As políticas públicas são criadas para fazer reparações e o pouco das conquistas que temos hoje foram fruto delas. Resultado de um debate amplo que tivemos com governos progressistas. Esse processo foi interrompido depois de 2016 e ficou muito pior com a ascensão do atual governo de extrema-direita (de Jair Bolsonaro), que tem uma pasta de direitos humanos que fica maquiando ações, mas não faz nada na prática”, critica.

Para reverter esse quadro, destaca, posicionar-se é fundamental. “A LGBTQIA+fobia é crime e é preciso denunciar. Precisa utilizar os canais que temos, seja o Disque 100, sejam serviços que estejam disponíveis nos estados e municípios. Na medida do possível ir à delegacia fazer boletim de ocorrência para gerar números que comprovem essa violência e nos deem força para pressionar os governos na construção de políticas que transformem essa realidade.”

Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)



LGBTQIA+ em TODOS OS LUGARES, inclusive na política

A resposta à repressão continua a ser a organização e, nesse sentido, apesar da guinada conservadora, o Brasil avançou quando o assunto é representatividade política.

De acordo com o Gay Blog BR,

112 pessoas LGBTQIA+ foram eleitas

entre os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador no Brasil. Em 2016, foram 26 vereadores e um prefeito.

O número de candidaturas foi de 590 pessoas, também um recorde, com o PSOL (20 eleitos) e o PT (16) liderando a lista de partidos com mais vitórias nas urnas.

A ocupação desses espaços, porém, não é sinônimo de avanços imediatos na agenda de lutas por direitos humanos. Inclusive, porque nem todos os eleitos encampam pautas progressistas.

Basta observar o levantamento da agência Gênero e Número, que analisou as prefeitas e prefeitos eleitos nas capitais. Em apenas nove delas o candidato ou a candidata apresentou um programa de governo com propostas para mulheres, pessoas negras e a população LGBTQIA+ simultaneamente. Em 16 dessas cidades, não há sequer menção ao tema LGBTQIA+.

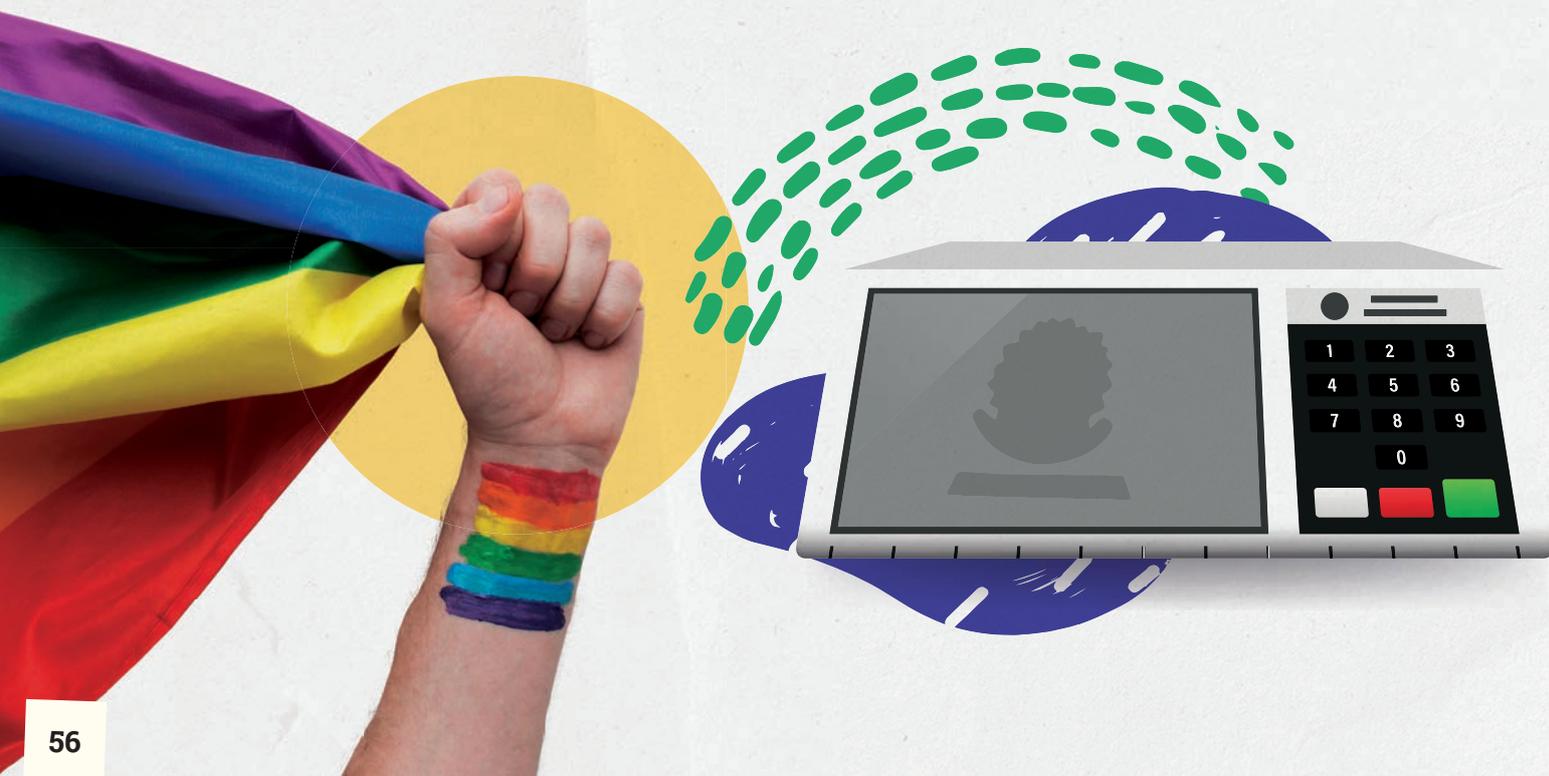




Foto: Divulgação

3 perguntas para

Isabelly Carvalho

Primeira mulher trans eleita vereadora em Limeira (SP)

Por que você resolveu se candidatar e qual o impacto da sua eleição na cidade?

Já venho exercitando a vida política há mais de 10 anos. A partir do movimento LGBTQIA+ eu pude conhecer e ter contato com outras frentes de luta tão importantes quanto, como a luta das mulheres, por moradia, da pessoa com deficiência. Costumo dizer que não venho apenas da agenda LGBTQIA+, mas da agenda ampla dos direitos humanos. E a política institucional é um instrumento muito importante para causar as transformações sociais.

Nem todos os candidatos e as candidatas da comunidade LGBTQIA+ que se elegeram defendem uma pauta progressista. Ainda assim é possível criar frentes de luta comuns?

De fato, temos LGBTQIA+ de direita. O que nos distingue é a performance política. Não só a representatividade importa, mas precisa saber de qual lado se está na história, a qual camada da sociedade responde.

Não basta pertencer a um grupo estigmatizado e corroborar com as opressões, não lutar contra eles para agradar determinada camada da população que sempre se beneficiou dos preconceitos e que busca impedir que nos levantamentos politicamente.

Ainda assim, eu acredito que seja possível construir frentes de luta conjuntas porque temos em comum um histórico de exclusão e preconceito que todos e todas que não são cis gênero, heterossexuais, vivenciam.

Quais as agendas que você julga prioritárias para a comunidade LGBTQIA+ e que deveriam estar presentes no legislativo?

Não podem estar de fora de qualquer política o combate à discriminação. Quebrar o ciclo de violência da sociedade é uma estratégia política e de vida, fundamental para que as políticas que elaboremos para a comunidade LGBTQIA+ tenham efetividade.

Precisamos resgatar também a consciência de classe da comunidade, nem todos despertaram para a vida política, nem todos vivenciaram a passagem da vergonha para o orgulho dentro do conceito de identidade de gênero. Somos atravessados por outros recortes sociais que incidem sobre a nossa vida, somos trabalhadores e trabalhadoras, também somos negros e negras, mulheres, indígenas e pessoas com deficiência.

Não vamos combater a LGBTQIA+fobia se não combatermos juntos o racismo, o machismo, o fascismo que avança sobre o Brasil. Não vamos combater a LGBTQIA+fobia se não combatermos a violência, tanto física quanto política que atinge, sobretudo, a nós, já que vários dos parlamentares da ala conservadora aproveitam-se da desinformação e do medo para se elegerem como aqueles que nos perseguem.





AS BASES PARA A **CRIMINALIZAÇÃO** LGBTQIA+ NA DITADURA SÃO AS MESMAS QUE NORTEIAM O GOVERNO BOLSONARO

Em entrevista, o professor de Direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e autor do livro 'Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e busca da verdade', Renan Quinalha, aponta as heranças deixadas pelo período de repressão na criminalização às pessoas LGBTQIA+ e cita perigosas semelhanças entre os anos de chumbo e o governo de Jair Bolsonaro.

Além do enfrentamento político, a ditadura encampava um embate moral e você fala sobre isso em seu livro. Como essa perseguição ocorria e quais heranças deixou?

A gente reduzia a ditadura a uma sucessão de generais que perseguiram uma oposição geralmente encarnada pela luta armada, mas perdia de vista que a ditadura sempre teve um componente moral muito claro. Junto com o autoritarismo político, sempre houve o ingrediente significativo do conservadorismo. Basta lembrar da marcha da família com Deus pela liberdade, que respaldou o golpe civil e militar de 1964. Ainda que esse conceito moral já existisse no país como uma herança portuguesa, do processo de colonização, a ditadura vai acabar alçando essa LGBTfobia a um patamar institucional, de política pública.

Nas minhas pesquisas, identifiquei uma série de violações que foram praticadas, desde a discriminação no trabalho contra civis e militares que foram cassados por acusação de 'homossexualismo', como se dizia à época. Também havia uma série de operações policiais que ocorriam principalmente nos guetos pobres das grandes cidades nas quais a violência policial era marcante contra pessoas LGBT. Também muitos casos de censura em peças teatrais, programas de televisão, músicas e criações culturais e artísticas em geral.

No governo que estamos vivendo no Brasil hoje, do Bolsonaro, fica muito claro que o autoritarismo político se mantém presente, na forma como reivindicam o legado da ditadura, exaltando torturadores e o AI-5. Ao mesmo tempo em que defendem um modelo de família tradicional, heteronormativa, com uma visão binária de gênero. Isso mostra que há uma trajetória de fôlego nessas amarrações dentro da sociedade brasileira.

Você diz que com a ditadura houve uma institucionalização da homofobia. De que forma isso acontecia efetivamente?

Dependia do órgão repressivo, mas, basicamente, existia uma visão que associava a subversão moral, o desejo LGBT a uma estratégia do movimento comunista internacional de se

apropriar da rebeldia da juventude, das questões sexuais para poder dissolver a força da coesão da sociedade, que seria a família.

Na doutrina de segurança nacional, que inspirou a ditadura, havia um elemento moral que vinha desde os Estados Unidos, do macarthismo, que se desenvolve a partir do conceito da Guerra Fria, a ideia de que o comunismo utilizava os componentes de comportamento para atacar as instituições ocidentais e capitalistas. A ditadura foi convertendo as questões morais em políticas de Estado para reproduzir um padrão de família e de juventude e impedir qualquer questionamento à ordem.

Outra dimensão era a visão moral do próprio censor. Como não tinha uma legislação clara do que seria moral e bons costumes, os censores tiravam da própria cabeça os parâmetros.

Mas havia padrões repressivos diferentes, enquanto que para o comunista existia um ataque armado, com execuções sumárias, desaparecimentos, torturas e prisões arbitrárias, no caso das pessoas LGBT isso se resumia a prisões e espancamentos para coibir a presença em espaços públicos. Uma tentativa de impedir que esses corpos e pessoas pudessem ser reconhecidos pela sociedade.

A semelhança desse período com o Brasil atual é assustadora. Você identifica o que permitiu que esse padrão se repetisse?

Há alguns fatores, a começar pela formação moral conservadora da sociedade brasileira. O processo de colonização foi muito violento, principalmente no campo simbólico e cultural, por meio da imposição de uma religião cristã católica como eixo de formação de estados brasileiros.

O discurso religioso que sempre caracterizou a homossexualidade como um pecado nefando, o mais grave de ser praticado, dá uma ex-



plicação para entender um conservadorismo atávico ou estrutural.

Mas é preciso entender cada período. Durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, tivemos avanços importantes da organização da luta LGBT, que passou por diálogos com outros segmentos sociais e políticos, inclusive o movimento sindical, e gerou uma série de políticas públicas importantes e o reconhecimento de direitos.

Porém, esse processo de avanço também provocou uma mobilização reativa dos setores conservadores, que se encontraram com o conservadorismo estrutural no descontentamento diante dos direitos LGBTs. E por conta de uma confluência de fatores, ganharam uma eleição em 2018 com o Bolsonaro à frente.

O discurso da ditadura nunca foi superado, sempre vivemos às voltas com a ameaça de retorno, com a presença, ainda que silenciosa, dos legados da ditadura, com a violência do Estado. Nunca conseguimos lidar bem com esse legado de violência da ditadura e isso ajuda a explicar porque vemos a repetição do passado de maneira tão clara.

Você identifica ícones da luta contra a ditadura que acabaram esquecidos porque eram militantes LGBTs?

Não sabemos de muitos nomes de LGBTs no período de resistência armada porque havia um receio de se assumir, inclusive dentro do campo da esquerda. Não havia um acúmulo sobre esse debate, mas temos de destacar o nome do Herbert Daniel, um guerrilheiro bastante importante, que depois se assumiu homossexual. Participou da guerrilha desde a década de 1960, dos mesmos grupos dos quais a ex-presidenta Dilma participou e era da linha de frente das ações armadas. Depois foi para o exílio e se tornou um personagem importante

de muitas outras lutas no Brasil na época da redemocratização.

Temos o James Green, um historiador norte-americano, mas que viveu no Brasil e sempre foi muito atuante, tentou fazer uma interlocução no começo do grupo Somos, pioneiro na militância LGBT, com as pautas da esquerda e da classe trabalhadora. E a Marisa Fernandes, que também participou do Somos e tinha a perspectiva de unir a luta LGBT com a dos trabalhadores e trabalhadoras.

Você acredita na formação de uma frente ampla de luta em defesa da democracia que observe características como gênero, raça e orientação sexual?

Esse é o grande desafio que temos. Todas as identidades são políticas e só vamos conseguir construir uma estratégia, um programa emancipatório se conjugarmos todos esses elementos. Os movimentos organizados em torno de todas essas identidades e agendas têm grande potencial de mobilização de pessoas e de energia transformadora.

Temos de ter uma visão de universalizar as lutas para construir laços, entender a importância de uma união contra os projetos protofascistas que estão circulando e nos governando.

Mas esse não é um universalismo abstrato, que ignora as determinações concretas, mas que entende que a classe trabalhadora é composta de trabalhadores LGBTs, mulheres, negros e que é importante debater, observar e levar em conta essas especificidades. Dialogar com as reivindicações históricas desses grupos para que consigamos construir uma universalidade mais concreta para retomar um processo de reafirmação da cidadania, da democracia e dos direitos humanos no Brasil. Não é fácil, não tem fórmula e se organiza na prática, exercitando os diálogos.

Para Quinalha, **Herbert Daniel, James Green e Marisa Fernandes** são referências LGBTQIA+ na luta contra a ditadura



Foto: Divulgação



Foto: Watson Institute for International and Public Affairs/Brown University



Foto: Arquivo pessoal/Divulgação

Lista de músicas

QUE EMBALARAM A PRODUÇÃO DO ALMANAQUE LGBTQIA+

Foto: Jiroe/Unsplash

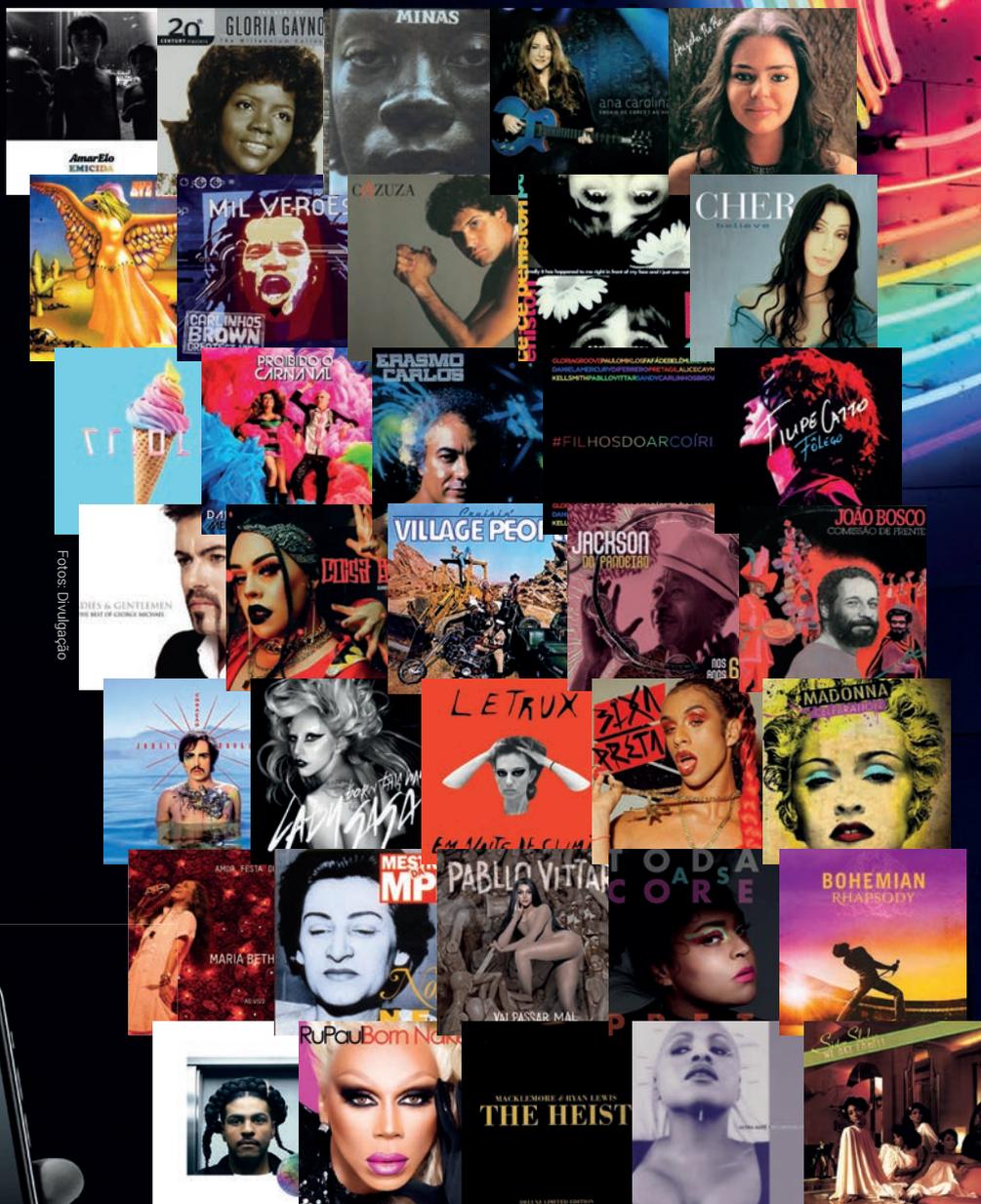


Foto: Divulgação



Acesse o código para ouvir a playlist do Almanaque



AVENTURAS NA HISTÓRIA. Quando ninguém era gay: uma história da homossexualidade. Universo Online (UOL). Publicado em 27 de junho de 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-da-homossexualidade.phtml>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BALZER, Carsten/LAGATA, Carla; BERREDO, Lukas. **TMM annual report 2016 (Relatório da ONG Transgender).** Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) Publication Series Vol.14, October 2016, Transgender Europe (TGEU). Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136p. Disponível em: <<https://antra-brasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha *et al.* **Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva.** Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe8, p. 305-323, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019001300305&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. **Código Civil.** Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil,** de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **12ª Conferência Nacional de Saúde:** Conferência Sergio Arouca, Brasília, 7 a 11 de dezembro de 2003, relatório final. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004. 230 p. – (Série D. Reuniões e Conferências). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_12.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde,

de, 2008. 246 p. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/13cns_M.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **15ª Conferência Nacional de Saúde: Diretrizes Aprovadas nos Grupos de Trabalho ou na Plenária Final,** Por Ordem de Votação nos Eixos Temáticos. Brasília, 2015. 10 p. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2016/01/images_15_CNS.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Mundo do trabalho e os direitos das pessoas LGBT: resistir para existir.** CUT São Paulo, Secretaria Estadual de Políticas Sociais, 2019. 44 p. Disponível em: <<https://sp.cut.org.br/acao/download/f008c46a6f-041421f15959585ce44132>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

COSTA, A. B.; DA ROSA FILHO, H. T.; PASE, P. F. *et al.* **Healthcare Needs of and Access Barriers for Brazilian Transgender and Gender Diverse People.** J Immigrant Minority Health 20, 115–123 (2018). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10903-016-0527-7>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MENDOS, Lucas Ramón. **Homofobia de Estado.** Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), Genebra, 13. ed., Março de 2019. Disponível em: <https://ilga.org/downloads/ILGA_Homofobia_de_Estado_2019.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamilia. (2014). **Linguagem, gênero e filosofia: qual o mundo criado para as mulheres? Uma abordagem wittgensteiniana.** Sapere Aude, 5(9), 453-463. Recuperado de: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/7674>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBTI+.** 4. ed. São Paulo: SJC/SP, 2020. 56 p. Disponível em: <https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Diversidade_cartilha.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** São Paulo: Editora Objetiva, 2018.

VIEIRA, Willian. **A luta nunca termina. Semana do Orgulho LGBT.** Revista Gama, 28 de junho de 2020. Disponível em: <<https://gamarevista.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 26 mar. 2021.





ISBN: 978-65-994176-3-4

CUT



9 786599 417634